

LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS

**PATRIMÔNIOS CULTURAIS: OBSERVAÇÃO DOS
SÍMBOLOS NA TERRITORIALIDADE DO PARQUE DAS
NAÇÕES INDÍGENAS – CAMPO GRANDE/MS**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2025**

LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS

**PATRIMÔNIOS CULTURAIS: OBSERVAÇÃO DOS
SÍMBOLOS NA TERRITORIALIDADE DO PARQUE DAS
NAÇÕES INDÍGENAS – CAMPO GRANDE/MS**

Tese apresentada à Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, na área de concentração de Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades. Sob orientação da Prof. Dra. Maria Augusta de Castilho e coorientação da Profa. Dra. Elaine Cristina Paganotti Rezende.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Modalidade II.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOUTORADO
CAMPO GRANDE – MS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1 3360

S237p Santos, Laura Karoliny Alves Urquiza dos
Patrimônios culturais: observação dos símbolos na
territorialidade do Parque das Nações Indígenas -
Campo Grande/MS/ Laura Karoliny Alves Urquiza dos
Santos sob orientação da Profa. Dra. Elaine Cristina
Paganotti Rezende e Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho.--
Campo Grande, MS : 2025.
96 p. : il

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2025
Bibliografia: p. 91-96

1. Patrimônio. 2. Identidade. 3. Território. 4. Desenvolvimento
local. I. Rezende, Elaine Cristina Paganotti. II. Castilho,
Maria Augusta de. III. Título.

CDD: 363.69098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Patrimônios culturais: uma observação dos símbolos na territorialidade do Parque das Nações Indígenas – Campo Grande -MS

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 19/02/2025

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Maria Augusta de Castilho, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho (orientadora)
Profa. Dra. Elaine Cristina Rezende Paganotti (coorientadora)
Prof. Dr. Waldir Leonel (UEMS)
Profa. Dra. Ilia Alvarado Sizzo (UNAM)
Prof. Dr. Heitor Romero Marques (PPGDL/UCDB)
Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (PPGDL/UCDB)

"A percepção é um ato recíproco; ao prestar atenção ao mundo, também nos tornamos sensíveis a ele. A verdadeira interação começa com a escuta atenta e a apreciação dos ritmos da terra."
(*The Spell of the Sensuous*, David Abram, 1996)

DEDICATÓRIA

Aos meus avós Raimunda Alves de Freitas (in memoriam) e Rubens Urquiza de Freitas (in memoriam), aos meus pais Ana Karla Alves Urquiza Gomes e Luiz Carlos Garcia Gomes, a minha irmã Luana Patrizia Urquiza Garcia Gomes e a minha parceira para todas as horas Paula Helena Santa Rita, vocês são meu alicerce e a minha direção.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão a Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria para seguir em frente, mesmo diante das adversidades.

À minha família, pelo amor incondicional, paciência e apoio ao longo de todo o percurso, sem isso, o caminho que percorri teria sido insuportável. E a vocês dedico esta conquista. Aos meus “nenecos” Pandora (*in memoriam*), Picollino e Gaia meus pets e companheiros ao longo das madrugadas e das horas extenuantes em frente ao computador.

Aos meus amigos e companheiros de jornada Graciana Goedert, Karen Giuliano Soares, Marcus Vinicius Osório, Michele Nakazato e Suellen Alencar Rufino da Silva fui abençoada em tê-los ao meu lado ao longo deste trajeto, vocês são parte importante na minha evolução acadêmica e pessoal.

À minha dupla Bruno Andrade Ribeiro (“Bulhufas”) e Beatriz Rochitti Boza que foram um presente de Deus na minha vida, meus parceiros de jornada na Cidade do México e irmãos para uma vida inteira, a gratidão em tê-los na minha vida é simplesmente estratosférica.

Aos meus queridos amigos Jonathan De la Cruz, Paola Palacios Barreto, Perla Maria Sanchez Uriarte, Maciel e Melanie, por toda a gentileza e o carinho que tiveram em dedicar um tempo em nos apresentar o México, por compartilhar momentos incríveis e pelas conversas e reflexões que só quem é latino-americano é capaz de compreender.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Augusta de Castilho, pela paciência e dedicação com que conduziu as orientações durante todo o processo. Seus ensinamentos foram fundamentais para o meu desenvolvimento como pesquisadora e como pessoa.

Agradeço à Dra. Paula Helena Santa Rita, Bióloga e Médica Veterinária, pesquisadora da conservação ambiental, quem me direcionou tecnicamente a falar dos animais silvestres, me auxiliando com os termos técnicos e infinitas explicações sobre os animais que foram objetos desse estudo, sem dúvida ter o olhar dela no meu estudo me possibilitou ampliar o meu raciocínio para além dos meus horizontes.

Gratidão à Professora Doutora Ilia Alvarado Sizzo que gentilmente me acolheu no Instituto de Geografía da Universidade Autónoma do México (IG/UNAM), me permitindo desenvolver o meu doutorado sanduiche com todo o apoio que me foi

necessário. À María Elena Guzmán Cruz e à Antonia Santos Rosas, técnicas do Instituto de Geografia da UNAM a quem devo minha eterna gratidão pela amabilidade e atenção comigo durante todo o período em que estive no IG/UNAM.

À coordenação e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, que com excelência me transmitiram seus conhecimentos e experiências. À Belit, secretária do PPGDL, minha amiga e quem com muita dedicação cuidou para que todas as questões burocráticas exigidas fossem cumpridas e atendeu todas as necessidades ao longo do meu doutorado.

Aos professores Doutores Hemerson Pistori (*in memoriam*) e Cristiano Marcelo Espínola Carvalho, por terem sido gestores sensíveis ao meu processo de formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro através dos processos nº 88887.664312/2022-00 - PROSUC e nº 88881.933653/2024-01 - PDSE.

SANTOS, Laura Karoliny Alves Urquiza. **Patrimônios culturais:** observação dos símbolos na territorialidade do Parque das Nações Indígenas – Campo Grande/MS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local). 2025, 90 fls. Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande - MS, 2025.

Resumo: O patrimônio histórico-cultural desempenha um papel crucial na identidade e memória de uma sociedade, representando sua trajetória, valores e tradições ao longo do tempo. A preservação e a conservação dessas heranças garantem que as próximas gerações possam compreender e valorizar sua história. A preservação cultural envolve medidas para proteger os bens patrimoniais, assegurando sua integridade e autenticidade. Já a conservação inclui ações de manutenção e restauração, prevenindo a deterioração por meio de políticas públicas, educação patrimonial e reconhecimento de sua importância. Enquanto a preservação busca proteger a autenticidade do patrimônio, a conservação envolve intervenções técnicas para sua manutenção, restauração ou estabilização, minimizando os impactos do tempo e do ambiente. No caso do patrimônio cultural, essa interseção se torna evidente, pois ele combina valor estético, histórico e cultural, reforçando a importância de sua proteção. A interação da população com o patrimônio cultural se manifesta de diversas formas, desde práticas tradicionais e rituais até a promoção do turismo e a educação patrimonial. Esses locais servem como cenários para expressões culturais, onde as comunidades celebram festividades, cerimônias e outras atividades que fortalecem sua identidade. Compreender como os espaços urbanos influenciam o senso de pertencimento dos moradores permite valorizar e conservar bens patrimoniais, tangíveis ou intangíveis. Esse conhecimento pode guiar políticas públicas e planejamento urbano para promover o uso sustentável do patrimônio e o desenvolvimento local. Assim como previsto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente no ODS 11, cidades e assentamentos sustentáveis, com a meta 11.4 que busca proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural, essa abordagem comunitária fortalece a conexão entre os moradores e seus espaços urbanos. No Brasil, desde 1937, há o reconhecimento legal da importância histórico-cultural de bens patrimoniais por meio de processos e instrumentos específicos. O objetivo geral desta pesquisa é investigar a relação entre o patrimônio urbano e a identidade local, explorando como os espaços e elementos físicos da cidade influenciam a percepção de pertencimento e o senso de identidade dos campo-grandenses. Esta tese utiliza uma abordagem metodológica qualiquantitativa, pois os dados coletados permitem a quantificação de pessoas, e a segmentação por gênero e faixa etária, além de possibilitar a separação entre horários de observação. Para compreender e interpretar a relação da população de Campo Grande – MS com seus símbolos e como isso constrói a identidade local, o método de pesquisa adotado é o observacional, com a preocupação em relatar o acontecimento do cotidiano, sem intervenção por parte da pesquisadora. O estudo da relação entre os símbolos culturais de Campo Grande e os frequentadores do Parque das Nações Indígenas demonstra a profunda conexão dos campo-grandenses com a natureza circundante. No dia a dia da capital, é comum avistar araras voando, capivaras cruzando as ruas, pessoas tomando Tereré nas calçadas e ipês floridos. Esse sentimento de orgulho é expresso pela população de diferentes maneiras.

Palavras-chave: Patrimônio. Identidade. Território. Desenvolvimento Local.

SANTOS, Laura Karoliny Alves Urquiza. **Cultural heritage:** observation of symbols in the territoriality of the Parque das Nações Indígenas – Campo Grande/MS. Thesis (Doctorate in Local Development). 2025, 90 fls. Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande - MS, 2025.

Abstract: The historical-cultural heritage plays a crucial role in the identity and memory of a society, representing its trajectory, values, and traditions over time. The preservation and conservation of these heritages ensure that future generations can understand and appreciate their history. Cultural preservation involves measures to protect heritage assets, ensuring their integrity and authenticity. Conservation, on the other hand, includes maintenance and restoration actions, preventing deterioration through public policies, heritage education, and recognition of its importance. While preservation seeks to protect the authenticity of heritage, conservation involves technical interventions for its maintenance, restoration, or stabilization, minimizing the impacts of time and the environment. In the case of cultural heritage, this intersection becomes evident, as it combines aesthetic, historical, and cultural value, reinforcing the importance of its protection. The interaction of the population with cultural heritage manifests in various ways, from traditional practices and rituals to the promotion of tourism and heritage education. These sites serve as settings for cultural expressions, where communities celebrate festivities, ceremonies, and other activities that strengthen their identity. Understanding how urban spaces influence residents' sense of belonging allows for the appreciation and conservation of tangible and intangible heritage assets. This knowledge can guide public policies and urban planning to promote the sustainable use of heritage and local development. As outlined in the United Nations' 2030 Agenda for Sustainable Development, particularly in SDG 11—Sustainable Cities and Communities—with Target 11.4 aimed at protecting and safeguarding cultural and natural heritage, this community-based approach strengthens the connection between residents and their urban spaces. In Brazil, since 1937, the legal recognition of the historical and cultural importance of heritage assets has been established through specific processes and instruments. The general objective of this research is to investigate the relationship between urban heritage and local identity, exploring how the city's spaces and physical elements influence the sense of belonging and identity of the people of Campo Grande. This thesis employs a qualitative and quantitative methodological approach, as the collected data allow for the quantification of individuals and segmentation by gender and age group, in addition to enabling the separation of observation periods. To understand and interpret the relationship between the population of Campo Grande – MS and its symbols, and how this shapes local identity, the adopted research method is observational, focusing on reporting everyday occurrences without researcher intervention. The study of the relationship between the cultural symbols of Campo Grande and the visitors of Parque das Nações Indígenas demonstrates the deep connection of Campo-grandenses with the surrounding nature. In the daily life of the capital, it is common to see macaws flying, capybaras crossing the streets, people drinking Tereré on the sidewalks, and blooming Ipê trees. This sense of pride is expressed by the population in different ways.

Key words: Heritage. Identity. Territory. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição da aplicação das técnicas de coleta de dados	24
Quadro 2	Descrição das Cartas Patrimoniais	30
Quadro 3	Fluxo de pessoas no período entre 6h e 20h	58
Quadro 4	Atividades estacionárias no período entre 6h e 20h	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tabela com as perguntas e as respostas, extraído da dissertação Valorização social do patrimônio arquitetônico da zona de especial de interesse cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS na perspectiva do desenvolvimento local	21
Figura 2	Linha do tempo conceito patrimonial ao longo dos séculos	28
Figura 3	Tipos de Patrimônio – classificação UNESCO / IPHAN	37
Figuras 4 e 5	Monumento ao voluntário anônimo (esquerda) e Escultura Heróis Voluntários (direita).	38
Figura 6	Nuvem de palavras fatores e conceitos envolvidos Desenvolvimento Local	45
Figura 7	Monumento ao índio (zarabatana)	50
Figura 8	Monumento Cavaleiro Guaicuru	50
Figura 9	Mapa Parque das Nações Indígenas Ilustrado	51
Figura 10	Foto aérea Parque das Nações Indígenas	51
Figura 11	Interação com árvore da espécie de ipê (<i>Tabebuia</i> sp.)	52
Figura 12	Interação com capivara (<i>Hydrochoerus</i>)	55
Figura 13	Pessoas portando os seus kits de tereré	55
Figura 14	Interação com as araras-canindé (<i>Ara ararauna</i>)	56
Figura 15	Atividades em movimento mapeadas pela observação	84
Figura 16	Atividades estacionárias mapeadas pela observação	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Pontos de observação com a pesquisadora em posição estática	23
Mapa 2 e 3	Percursos para realização dos mapeamentos das atividades estacionárias – Ponto A (esquerda) e Ponto B (direita)	23
Mapa 4	Atividades estacionárias às 6h	68
Mapa 5	Atividades estacionárias às 7h	69
Mapa 6	Atividades estacionárias às 8h	69
Mapa 7	Atividades estacionárias às 9h	70
Mapa 8	Atividades estacionárias às 10h	70
Mapa 9	Atividades estacionárias às 11h	71
Mapa 10	Atividades estacionárias às 12h	72
Mapa 11	Atividades estacionárias às 13h	73
Mapa 12	Atividades estacionárias às 14h	74
Mapa 13	Atividades estacionárias às 15h	75
Mapa 14	Atividades estacionárias às 16h	75
Mapa 15	Atividades estacionárias às 17h	76
Mapa 16	Atividades estacionárias às 18h	77
Mapa 17	Atividades estacionárias às 19h	78
Mapa 18	Atividades estacionárias às 20h	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Fluxo de pessoas às 6h	59
Gráfico 2	Fluxo de pessoas às 7h	60
Gráfico 3	Fluxo de pessoas às 8h	60
Gráfico 4	Fluxo de pessoas às 9h	61
Gráfico 5	Fluxo de pessoas às 10h	61
Gráfico 6	Fluxo de pessoas às 11h	62
Gráfico 7	Fluxo de pessoas às 12h	62
Gráfico 8	Fluxo de pessoas às 13h	63
Gráfico 9	Fluxo de pessoas às 14h	64
Gráfico 10	Fluxo de pessoas às 15h	64
Gráfico 11	Fluxo de pessoas às 16h	65
Gráfico 12	Fluxo de pessoas às 17h	65
Gráfico 13	Fluxo de pessoas às 18h	66
Gráfico 14	Fluxo de pessoas às 19h	67
Gráfico 15	Fluxo de pessoas às 20h	67
Gráfico 16	Proporção das interações com os símbolos mapeadas no território do Parque das Nações Indígenas	79
Gráfico 17	Proporção entre os grupos identificados no período de observação	82
Gráfico 18	Proporção entre faixa etária das pessoas contabilizadas no período de observação	82
Gráfico 19	Pessoas em movimento por hora de observação	83
Gráfico 20	Pessoas em atividade estacionária por hora de observação	83
Gráfico 21	Interações com os símbolos x interações com a natureza	86

LISTA DE SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MinC	Ministério da Cultura
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNI	Parque das Nações Indígenas
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SNIC	Sistema Nacional de Informações Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	METODOLOGIA	20
3	ASPECTOS CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO	26
	3.1 Patrimônio: origem e desenvolvimentos do conceito	26
	3.2 Reflexão acerca da institucionalização do patrimônio	28
	3.3 Considerações sobre as classificações patrimoniais	36
	3.4 Patrimônio cultural e natural	39
4	TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO	41
	4.1 Dimensões e perspectivas do Território	41
	4.2 Território e Patrimônio: Conexões Conceituais	42
	4.3 Desenvolvimento local e o papel da territorialização / patrimonialização	43
	4.4 O sentimento de pertença territorial	45
	4.4.1 Memória e valorização histórica	46
	4.4.2 Valorização cultural	47
	4.4.3 Identidade coletiva	47
5	O PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS E A RELAÇÃO COM OS SIMBOLOS	49
6	RESULTADOS	57
	6.1 Contagem de fluxo de pessoas e atividades em movimento	59
	6.2 Mapeamento das atividades estacionárias	68
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico-cultural é essencial para a identidade e a memória de uma sociedade, pois representa sua trajetória, valores e tradições ao longo do tempo. Sua preservação e conservação garantem que as gerações futuras possam compreender e valorizar sua história.

A preservação cultural envolve medidas para proteger e manter a integridade dos bens patrimoniais, evitando sua degradação por meio de políticas públicas, educação patrimonial e reconhecimento de sua importância. Já a conservação cultural refere-se a ações técnicas específicas para manter, restaurar ou estabilizar esses bens, utilizando métodos que minimizam os impactos do tempo e do ambiente. Ambas são fundamentais para assegurar que o patrimônio continue a desempenhar seu papel na construção da identidade coletiva e no fortalecimento da cultura.

Esse conjunto de medidas e ações, estabelecem um elo essencial entre a memória coletiva e o futuro de uma comunidade, pois assegura que os saberes locais, as tradições e as construções simbólicas de um povo sejam mantidas ao longo do tempo. Dessa maneira facilita que as novas gerações tenham acesso às referências identitárias de seu território, compreendam sua história e reforcem seu senso de pertencimento. Além disso, a valorização do patrimônio cultural contribui para o desenvolvimento local, impulsionando o turismo, a economia criativa e a educação patrimonial.

Os patrimônios culturais, por sua vez, são conjuntos de bens, materiais e imateriais, que representam a identidade, a história e os valores de um povo. Esse patrimônio é fundamental para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento das comunidades.

A relação entre patrimônio cultural e natureza é profunda. O patrimônio cultural não se limita apenas a monumentos, edificações ou tradições, mas também abrange os elementos naturais que possuem significados históricos, espirituais ou simbólicos para as comunidades. Os patrimônios culturais naturais representam essa interseção, onde a beleza do ambiente natural é reconhecida e valorizada não apenas por sua estética, mas pelo seu valor cultural e histórico.

A interação¹ da população com o patrimônio cultural natural se manifesta de múltiplas formas, desde práticas tradicionais e rituais até a promoção do turismo e a educação ambiental. Esses locais servem como cenários para a expressão cultural, onde as comunidades celebram festividades, cerimônias e outras atividades que fortalecem sua ligação com a natureza. Além disso, a presença humana nesses espaços pode favorecer a conservação e a valorização do patrimônio, promovendo um ciclo de respeito mútuo a partir do sentimento de pertencimento.

A análise da maneira como as pessoas se relacionam com os símbolos culturais e naturais revela tanto desafios quanto oportunidades para a gestão desse patrimônio. O turismo tem o potencial de trazer benefícios econômicos e aumentar a sensibilização da população sobre a importância da conservação também da preservação já que o uso não sustentável pode causar danos se não for gerido de forma adequada. Assim, é essencial desenvolver estratégias que integrem o uso sustentável do patrimônio com o desenvolvimento das comunidades locais.

Resumidamente, os patrimônios culturais e naturais são representações tangíveis da relação profunda entre a humanidade e o ambiente. A forma como as pessoas interagem com esses símbolos enriquece tanto a experiência cultural quanto a natural, além de ser fundamental para sua salvaguarda. Ao valorizar e proteger esses locais, garantimos que as futuras gerações possam continuar a apreciar e aprender com essa rica herança.

As iniciativas de proteção e conservação não podem ser exclusivas de entidades governamentais; é essencial que a sociedade se reconheça para que valorize o patrimônio com o qual se identifica e deseja legar para as próximas gerações. Nesse sentido, é crucial que os órgãos de planejamento urbano e territorial considerem a importância da participação da comunidade na identificação do que deve ser protegido e preservado.

Entender como os espaços urbanos influenciam o senso de pertencimento dos moradores permite valorizar e conservar bens patrimoniais, tangíveis ou intangíveis. Esse conhecimento pode guiar políticas públicas e planejamento urbano para preservar o patrimônio e promover o desenvolvimento local. Assim como é previsto dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda

¹ Tem-se como interação a relação ativa entre o sujeito e os símbolos que se dá por meio da atenção, sensibilização e apreciação.

2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) especificamente em seu ODS 11, cidades e assentamentos sustentáveis, com meta 11.4, que busca proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural, essa abordagem comunitária fortalece a conexão entre os moradores e seus espaços urbanos.

No Brasil, desde 1937, é realizado o reconhecimento legal da importância histórico-cultural de bens patrimoniais por meio de processos e instrumentos específicos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão federal encarregado dessa salvaguarda no país, atuando como uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e com superintendências em todos os estados da nação. No que tange a implementação da meta 11.4 dos ODS essa responsabilidade é distribuída, além do IPHAN e MinC, entre outros órgãos e instituições em diferentes níveis governamentais.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental envolver a comunidade na identificação de seus bens patrimoniais. Essa participação não só fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, mas também é crucial para a sustentabilidade das iniciativas de utilização.

Em Campo Grande/MS, foi realizada no ano de 2017 uma pesquisa com aplicação de questionário com a intenção de extrair da população quais eram os símbolos que em sua opinião representavam a capital do estado de Mato Grosso do Sul, e como resultado três, dos cinco símbolos elencados foram elementos da natureza (arara, capivara e árvore ipê) e um foi uma tradição cultural (Tereré). Diante disso, o ponto de partida desta tese foi a pergunta: “Como os moradores de Campo Grande/MS interagem com os símbolos tangíveis eleitos como patrimônio cultural da cidade e se identificam com eles neste processo?”

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é o de investigar a relação entre o patrimônio urbano e a identidade local, explorando como os espaços e elementos físicos da cidade influenciam a percepção de pertencimento e o senso de identidade dos campo-grandenses, com a finalidade de contribuir para a valorização da diversidade cultural e histórica da capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Alinhando-se com a meta 11.4 do ODS 11 da Agenda 2030 da ONU.

2 METODOLOGIA

O delineamento metodológico desta tese aponta para o modo de elaboração do seu estudo e os parâmetros utilizados para a coleta de dados. No presente capítulo o objetivo é apresentar os processos da pesquisa, demonstrando os procedimentos utilizados, a natureza, os tipos de abordagem, o método de pesquisa e os procedimentos metodológicos.

A apresentação da metodologia em um trabalho acadêmico garante transparência, promove a reprodução do estudo, facilita a avaliação da qualidade da pesquisa e estabelece a relação entre os métodos empregados e a fundamentação teórica. De acordo com Marques *et al.* (2014, p. 9) a partir da análise do sentido etimológico da palavra método (“meta” = além e “odós” = caminho) “Quando se agrega à palavra método o sufixo “logía” [...] tem-se no sentido semântico o conceito de metodologia enquanto uma caminhada que se faz para se ir além do conhecimento que se tem [...]”.

Partindo desse pressuposto a metodologia desempenha um papel fundamental em qualquer trabalho científico, pois é por meio dela que o pesquisador adquire os meios necessários para uma abordagem precisa de um fato. Para que seja estabelecido uma base coerente e concisa, a metodologia precisa ser alicerçada pelo método, pela natureza e pela abordagem, esses parâmetros irão respaldar a produção do conhecimento.

A presente tese tem em sua natureza o enfoque descritivo e exploratório, já que tem o intuito de obter maiores informações acerca do patrimônio urbano de Campo Grande - MS e a identidade local, descrevendo e caracterizando os fatos posteriormente. Ao abordar estes conceitos, Marques *et al.* (2014, p. 53) afirmam que:

Descritivo: procedimento que visa, como o termo indica, descrever e caracterizar fenômenos e populações, estabelecendo relações entre variáveis intervenientes e fatos. [...]

Exploratório: é o procedimento adotado para se obter maiores informações sobre determinado tema, até mesmo com a finalidade de se chegar a problemas específicos e estabelecer hipóteses, com vistas a estudos posteriores.

No intuito de ratificar os dados obtidos na pesquisa de mestrado² da autora, que a partir da aplicação de questionários³, apresentou o reconhecimento patrimonial pela população do município de Campo Grande – MS (dados apresentados na Figura 1), a presente pesquisa visa identificar e contribuir para a valorização da diversidade cultural e histórica da Capital Sul-mato-grossense. Trata-se de investigar a relação entre o patrimônio urbano e a identidade local, explorando como os espaços e elementos físicos da cidade influenciam a percepção de pertencimento e o senso de identidade dos campo-grandenses.

Figura 1: Tabela com as perguntas e as respostas, extraído da dissertação Valorização social do patrimônio arquitetônico da zona de especial de interesse cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS na perspectiva do desenvolvimento local.

Perguntas	Questionário on-line	Questionário presencial
Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande -MS que as pessoas conhecem	Morada dos Baís (citada 19 vezes) Obelisco (citado 11 vezes)	Morada dos Baís (citado 18 vezes) Obelisco (citado 17 vezes)
Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande -MS reconhecidos como preservado	Morada dos Baís (citada 23 vezes)	Morada dos Baís (citada 18 vezes)
Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico	Sim	Não
Patrimônios identificados no questionário, como sendo tombados	Morada dos Baís (citada 15 vezes)	Em branco (7 respostas) Morada dos Baís
Espaços culturais que as pessoas frequentam	Feiras Culturais (citada 24 vezes) Morada dos Baís (citada 20 vezes)	Morada dos Baís (citada 18 vezes) Feiras Culturais (citada 13 vezes)
Participação em programa de educação patrimonial	Não	Sim
Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande -MS	Sim	Sim
Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer Campo Grande -MS	Morada dos Baís (citada 9 vezes) Feira Central (citada 7 vezes)	Em Branco (17 respostas) Morada dos Baís (citada 9 vezes)
Amostragem de pessoas que viram bens patrimoniais depredados	Sim	Não
Bens patrimoniais que já foram vistos depredados	Obelisco (citado 8 vezes)	Em Branco (17 respostas) Obelisco (citado 5 vezes)
Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande -MS	Parque das Nações Indígenas (citado 5 vezes) Arara (citado 5 vezes) Tereré (citado 5 vezes) Morada dos Baís (citada 4 vezes) Feira Central (citado 3 vezes) Ypê (citado 2 vezes)	Não sei (citado 8 vezes) Capivara (citado 5 vezes) Relógio Central (citado 4 vezes) Ypê (citado 4 vezes) Tereré (citado 3 vezes) Arara (citado 3 vezes) Afono Pena (citado 2 vezes) Praça das Araras (citado 2 vezes)

Fonte: Urquiza; Castilho, 2019, grifo nosso.

² Valorização social do patrimônio arquitetônico da zona de especial de interesse cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS na perspectiva do desenvolvimento local / Laura Karoliny Alves Urquiza dos Santos; orientadora Maria Augusta de Castilho. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

³ “A amostragem foi definida por conveniência e dividida em dois grupos: 35 pessoas foram abordadas pessoalmente na rua, de forma aleatória, dentro do perímetro do centro histórico de Campo Grande - MS; e 36 pessoas receberam o questionário por meio do Whatsapp para responderem on-line, assim, foram aplicados 71 questionários” (Urquiza; Castilho, 2019, p. 16).

Esta tese possui uma abordagem metodológica quali-quantitativa, pois os dados coletados apresentam informações que possibilitam a quantificação de pessoas, e a computação de indivíduos divididos em gênero e faixa etária além de permitir a separação entre os horários e pontos de observação. Assim como viabiliza a identificação das atividades e comportamentos sociais nos períodos em que o estudo estava sendo realizado.

No intuito de compreender e interpretar a relação da população do município de Campo Grande – MS com os seus símbolos e como isso constrói a sua identidade local, o método de pesquisa é o observacional, que Gil (2008) caracteriza o método como aquele em que o pesquisador observa os fenômenos que ocorrem ou ocorreram, sem interferir neles.

A coleta de dados da pesquisa foi dividida em dois momentos, o primeiro por meio da pesquisa bibliográfica em fontes secundárias e posteriormente com a observação *in loco* para identificar a relação da população com o espaço delimitado: Parque das Nações Indígenas, parque urbano situado ao lado área de preservação da vegetação nativa do Parque dos Poderes, utilizado para atividades de lazer por parte da população campo-grandense.

A escolha do local ocorreu devido ao fato de se tratar de um espaço dentro do município de Campo Grande onde era possível encontrar todos os elementos necessários para a realização da observação. Entretanto, cabe ressaltar que o território em questão não constitui o objeto central da pesquisa, mas sim o contexto no qual os símbolos, estes sim o foco do estudo, estão inseridos. Dessa forma, o local serve como um meio para a análise, sem se configurar como o elemento principal da investigação.

Segundo Gil (2008), a observação é um método que utiliza os sentidos humanos para obter informações da realidade, permitindo que os comportamentos se manifestem de forma espontânea e natural. Ela pode ser simples, participante ou sistemática, sendo esta última caracterizada pelo planejamento prévio para o registro dos fenômenos analisados. Diante do exposto a observação *in loco* realizada foi do tipo sistemática, já que os pontos e tempos para a observação foram previamente definidos, assim como as técnicas utilizadas para coleta de dados.

Foram contabilizado o fluxo de pessoas e as atividades que estavam sendo realizadas no entorno, de caráter estacionárias ou não, em dois tempos e de maneira não simultânea: 1º - a observadora em posição estática, observando as pessoas que

Para ratificar a metodologia da pesquisa buscou-se os pioneiros do estudo da vida urbana, como Jane Jacobs, William F. Whyte e Jan Gehl, que defendem a importância de observar e compreender a interação entre a vida na cidade e o espaço urbano por meio dos sentidos humanos, usando métodos manuais simples, como papel e caneta, para registrar as observações. Essa abordagem é vista como um ponto de partida crítico para entender a cidade (ARQBRASIL, s/d).

Desse modo, para responder de que maneira a população de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, interage com os símbolos identificados na pesquisa realizada em 2017, adotou-se a metodologia de estudos urbanos aplicada por Jan Gehl, por ser o precursor das técnicas de estudos em espaços urbanos.

No Quadro 1, detalha-se, portanto, as técnicas escolhidas, a descrição e a aplicação para a realização da coleta de dados:

Quadro 1: Descrição da aplicação das técnicas de coleta de dados.

Técnica	Descrição	Aplicação
Contagem	Contagem de fluxo de pessoas, registrando todos as pessoas que passaram pelos pontos determinados.	Com auxílio de um contador e um cronometro, por 10 minutos a cada hora ⁴ , em dois pontos distintos a contagem foi realizada e narrada para posterior separação em gênero e idade entre outras eventuais ocorrências.
Mapeamento	Mapeamento comportamental das pessoas, as atividades realizadas e os locais de permanência.	Em dois trechos próximos aos pontos de contagem de pessoas, foi realizada uma caminhada de observação às atividades estacionárias e aos locais de permanência. Foram registrados em forma de audio para construção dos mapas de atividades estacionárias apresentados ao longo deste capítulo.
Fotografia	Registro de ilustração em fotografia simples.	As fotografias foram utilizadas para registrar momentos específicos, ilustrar e documentar a interação das pessoas com os símbolos de interesse (ipê, capivara, arara e tereré).

⁴ Uma contagem por dez minutos, a cada hora, dá uma imagem precisa do ritmo diário (Gehl e Svarre, 2018, p. 22).

Diário narrado	Meio de anotação/registro dos eventos ao longo das observações.	O diário narrado foi realizado por meio de gravação de áudio, simultaneamente a observação estática (contagem de fluxo) e também a observação em movimento (mapeamento), sendo posteriormente transcritos e contabilizados nos dados da pesquisa.
----------------	---	---

Fonte: Ghel e Svare, 2018. Adaptado pela autora, 2024.

A observação *in loco* sistemática foi estruturada da seguinte forma:

- A observação aconteceu em todos os dias da semana (Segunda-feira à Domingo).
- O horário para o mapeamento das atividades foi definido em blocos de 2 horas, entre às 6h e 20h em dias alternados e sem excluir condições climáticas.
- A escolha dos dias e horários foram sorteados dentro do estabelecido, sendo registrado em um ponto de observação por vez, ou seja, não foram observações simultâneas.
- Mapeamento das atividades estacionárias ou não.
- Contagem do Fluxo de pessoas.

No que se refere à análise e interpretação dos dados, as informações obtidas foram transcritas já em formato de tabela a fim de facilitar a elaboração dos gráficos e mapas comportamentais, formato escolhido para apresentação dos resultados obtidos.

O delineamento metodológico foi construído a fim de capturar a essência do cotidiano, já que para mensurar a interação dos símbolos elencados anteriormente a abordagem de pesquisa não poderia interferir no ambiente estudado.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO

O estudo do patrimônio e dos símbolos das cidades desempenha um papel fundamental na sensibilização e na compreensão da importância da preservação e da conservação cultural (Choay, 2001). De acordo com Halbwachs (1992), a memória coletiva é sustentada por símbolos e espaços que conectam as gerações, garantindo a continuidade da identidade cultural. Assim, é essencial que as futuras gerações conheçam e valorizem seu patrimônio, evitando a perda do conhecimento e das tradições culturais (Nora, 1984).

Além disso, os símbolos e o patrimônio das cidades promovem a coesão social, servindo como referência para a interação coletiva e fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário (Anderson, 1991). A salvaguarda desses elementos contribui para a formação de uma sociedade mais integrada e harmoniosa. Em um contexto de mudanças rápidas e desafios globais, como a urbanização acelerada e as questões ambientais, a conservação do patrimônio torna-se essencial para aumentar a resiliência das comunidades, permitindo-lhes enfrentar desafios e adaptar-se a novas realidades sem perder sua identidade cultural (Rossi, 1982).

A incorporação do patrimônio no planejamento urbano também desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável. Estudos demonstram que a preservação de edifícios históricos e espaços culturais contribui para a regeneração urbana, impulsiona o turismo e estimula a economia local, sempre respeitando o meio ambiente (UNESCO, 2016). Dessa forma, a valorização do patrimônio não apenas protege a história e a cultura de uma cidade, mas também promove o bem-estar social e econômico de seus habitantes.

Diante dessas questões, este capítulo tem como objetivo apresentar e explorar os aspectos conceituais relacionados à salvaguarda do patrimônio cultural, oferecendo um referencial teórico para o entendimento do processo de cuidado de salvaguarda de um bem patrimonial.

3.1 Patrimônio: origem e desenvolvimentos do conceito

O conceito de patrimônio tem raízes profundas na história e evoluiu ao longo dos séculos. Originalmente, a palavra “patrimônio” vem do latim *patrimonium*, que se

refere aos bens herdados do pai e está relacionada com a transferência de valores e bens de uma geração para outra (Funari *et al.*, 2009, p.27). Durante a Idade Média, o patrimônio esteve fortemente associado à riqueza e à espiritualidade, muitas vezes associada ao divino e ao sobrenatural. Nunes e Lima (2007, p. 9) corroboram que foi no século I d.C. com a expansão do Cristianismo que o sentido religioso surgiu, em especial pela percepção do culto aos santos e o reconhecimento das relíquias como sendo bens coletivos.

No século XV já com ascensão do Renascimento surgiu uma nova apreciação do patrimônio cultural, sinalizando uma transformação nas percepções acerca da história e da cultura. Nesse período, surgiu um renovado interesse pelos elementos da antiguidade clássica, o que impactou a maneira como o patrimônio cultural passou a ser compreendido e valorizado na sociedade, além de marcar a transição da idade média para a era moderna.

Este período marca o início do reconhecimento dos valores culturais como parte importante da identidade e da memória coletiva de um grupo social. Desde o Renascimento, edifícios e obras antigas têm sido consideradas não apenas como relíquias, mas como fontes de conhecimento e exemplos artísticos que lançam luz sobre a história e a cultura humanas (Funari e Pelegrini, 2006).

Ainda que, a tendencia de pensamento do Renascimento tenha sido continuada no período seguinte, no século XVII, com o iluminismo o patrimônio cultural passou a ser percebido de maneira mais coerente e alinhado com a institucionalização (IPHAN, 2009). Já o patrimônio como uma identidade só surgiu no final do século XVIII sob a influência dos movimentos nacionalistas.

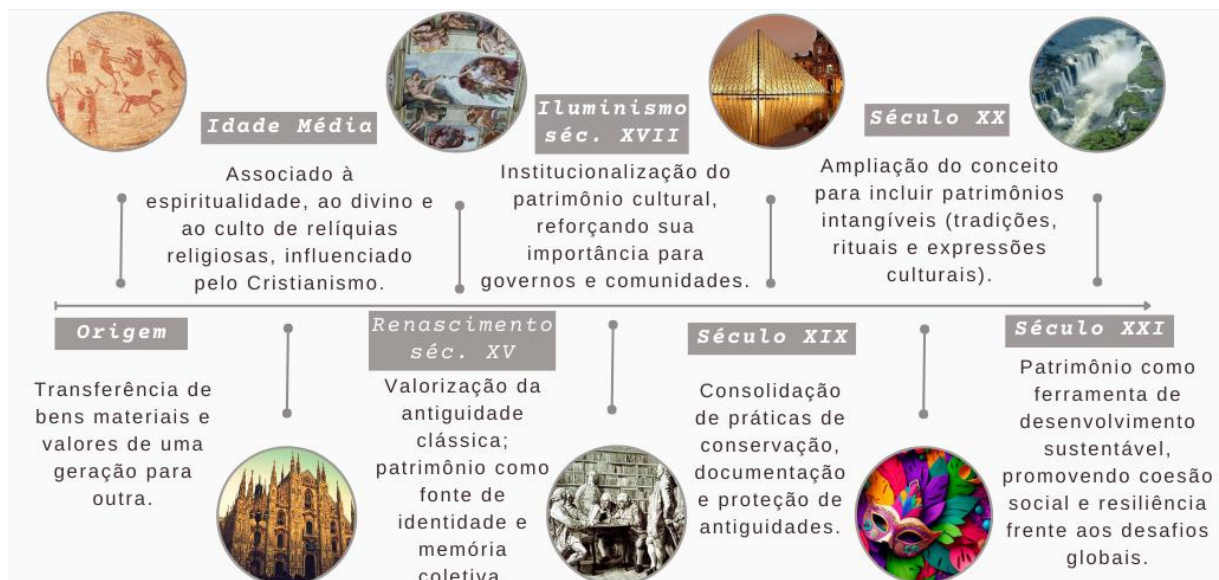
Em virtude do interesse pelo patrimônio por parte de colecionadores, historiadores e artistas, na década de 1800, iniciou-se um processo de documentação e preservação das antiguidades, alcançando ao longo do século XIX práticas de conservação mais estabelecidas, com o reconhecimento dos governos e das comunidades sobre a importância de proteger o patrimônio (Revista do Patrimônio, 2012).

A teoria do patrimônio continuou a desenvolver-se ao longo do século XX, particularmente à medida que incorporou bens intangíveis, tais como tradições, rituais e expressões culturais, no quadro de conservação. Hoje, século XXI, o patrimônio é importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, promovendo a coesão social e a resiliência nas comunidades locais face aos desafios globais, como a rápida

urbanização e os problemas ambientais. Portanto, o patrimônio não se trata de preservar o passado, mas de possibilitar um futuro rico em cultura e mais inclusivo (Funari e Pelegrini, 2006).

O conceito de patrimônio possui uma trajetória extensa. Embora seu significado original remeta à herança e riqueza material, ao longo dos séculos, ele evoluiu para se tornar uma expressão da identidade nacional. Com essa transformação, surgiram teorias e ações de preservação que vão além dos bens tangíveis, abrangendo também os elementos intangíveis, importante fator para a valorização de tradições e rituais, a Figura 2 ilustra a evolução das interpretações acerca do sentido do patrimônio ao longo dos séculos.

Figura 2: Linha do tempo conceito patrimonial ao longo dos séculos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O conceito de patrimônio evoluiu de herança material para um elemento essencial da identidade cultural, abrangendo bens tangíveis e intangíveis. Seu reconhecimento impulsionou políticas de preservação, garantindo sua continuidade, conectando passado, presente e futuro.

3.2 Reflexão acerca da institucionalização do patrimônio

Após a Revolução Francesa o patrimônio foi valorizado pela sociedade. Desde então, há relatos de cidadãos que escolhem monumentos, edifícios e símbolos como eventos históricos para promover a conservação (Santos e Castillo, 2016). Segundo

Funari e Pelegrine (2006), durante a Revolução Francesa, foi criada uma comissão para proteger os monumentos nacionais, especialmente aqueles que representam a nação francesa e sua cultura.

A fim de coibir o vandalismo contra os monumentos históricos, devido às cobranças sofridas já pelos pensamentos pós revolução francesa, um decreto foi elaborado na França, convocando a população a supervisionar e coibir vandalismos aos bens patrimoniais franceses (Choay, 2006).

Contudo, somente a partir da Carta de Atenas, escrita em 1933 durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), é que surgiu o primeiro documento internacional de solicitação de preservação de monumentos e sítios históricos como bens patrimoniais, levando-se em conta seus contextos específicos, os princípios legais para sua preservação; as bases técnicas e tecnológicas de restauração, assim como e principalmente, o princípio da ocupação e do vínculo social desses bens com a comunidade, como premissa fundamental para sua valorização (Gonçalves, 2012).

Desde a década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é a instituição responsável pela discussão e definição de novas diretrizes e leis internacionais destinadas à preservação do patrimônio histórico e cultural. Desde então começou a enxergar o planejamento urbano como a principal mecanismo para a preservação, e por meio das cartas patrimoniais apresentar novas orientações.

As Cartas Patrimônias são documentos elaborados por especialistas e organizações com o objetivo de orientar e padronizar práticas relativas à proteção de bens culturais. Estes documentos abrangem desde conceitos fundamentais até diretrizes práticas para ações administrativas, sendo assim:

As Cartas Patrimoniais compõem um acervo de grande valor e apresentam as recomendações referentes à proteção e preservação do Patrimônio Cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo (IPHAN, 2014, sp).

Esses documentos patrimoniais são atualizados ao longo do tempo com novas normas e recomendações para a proteção do patrimônio cultural. É importante analisar o conteúdo destes documentos para compreender as políticas tradicionais, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição das Cartas Patrimoniais.

CARTAS PATRIMONIAIS			
Ano	Local	Identificação	Conteúdo
1931	Atenas	Carta de Atenas	Proteção e conservação dos monumentos. Atribuía a responsabilidade do estado em inventariar seus bens.
1933	Atenas	Carta de Atenas (CIAM)	Foco no urbanismo e nas 4 funções básicas: habitar, trabalhar, recrear-se e circulação.
1956	Nova Delhi	Recomendação de Nova Delhi	Importância do respeito e participação da população na preservação do patrimônio cultural. Foco no patrimônio arqueológico e nos regimentos para pesquisadores.
1962	Paris	Recomendação de Paris	Preocupação com a proteção do patrimônio cultural e natural. Proteção não apenas dos sítios isolados, mas também do território ao qual pertence.
1964	Veneza	Carta de Veneza	Defesa de um plano internacional de conservação e restauro dos monumentos. Definiu a conservação e o restauro como ciência e técnica. A conservação depende de sua “função útil à sociedade”, mas com limites nas adaptações. Não se deve deslocar o monumento, apenas sob o perigo de perda.
1964	Paris	Recomendação de Paris (II)	O controle sobre as exportações dos bens culturais. Criação de instituições de proteção, colaboração internacional e acordos bilaterais e multilaterais. Medidas de repatriação ou restituição de bens, publicidade em caso de desaparecimento, etc.
1967	Quito	Normas de Quito	Alerta sobre urgência dos bens e responsabilidades dos governos da América. Ampliação do conceito de monumento ao espaço. Defesa de um planejamento urbano que valorize o patrimônio. “Monumentos em função do turismo”
1968	Paris	Recomendação de Paris (III)	Preocupação com o crescimento urbano e a falta de medidas de

			preservação e salvamento dos bens culturais. Medidas de preservação e salvamento (legislação, financiamento, métodos de preservação, programas educativos, etc).
1970	Brasília	Compromisso de Brasília	Ministro Jarbas Passarinho enfatiza responsabilidade do governo (estados e municípios) com a conservação, preservação, catalogação e políticas educacionais dos bens culturais. Criação do Ministério da Cultura. Inclusão da disciplina de história da arte nas escolas.
1971	Salvador	Compromisso de Salvador	Ministério da educação e cultura juntamente com IPHAN recomenda criação de órgãos estaduais. Planos urbanísticos com valorização dos sítios históricos. Parceria entre estado e universidades.
1972	Itália	Carta do Restauro	Orientações técnicas sobre o processo de restauro em diferentes categorias. Instruções reestruturação urbanística para centros históricos.
1972	Estocolmo	Declaração de Estocolmo	Declaração sobre o ambiente humano. Recomendações para a melhoria e qualidade de vida e meio ambiente.
1972	Paris	Recomendação Paris	Definições de patrimônio cultural e natural e sua proteção nacional e internacional. Criação de um comitê intergovernamental. Criação do Fundo do Patrimônio Mundial. Programas educativos.
1974	São Domingos	Resolução de São Domingos	Criação de Associação Interamericana de arquitetos e especialistas na proteção do patrimônio monumental. Valorização do turismo. Criação de um fundo de emergência.
1975	Amsterdã	Declaração / Manifesto de Amsterdã	Política de conservação integrada com o planejamento urbano e regional.

			Referência ao “Ano europeu do patrimônio arquitetônico”.
1976	Nairóbi	Recomendação de Nairóbi (carta do turismo cultural)	Recomendação à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea e sua importância como “patrimônio universal insubstituível”. Recomendações para pesquisa, ensino, informação e cooperação internacional.
1977	Machu Picchu	Carta de Machu Picchu	Revisão da Carta de Atenas. Recomendações: cidade-região, crescimento urbano, conceito de setor, moradia, transportes, disponibilidade de solo urbano, recurso natural, preservação, tecnologia, projeto urbanístico e arquitetônico.
1980	Austrália	Carta de Burra	Difinições com relação a: significado cultural, conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, uso compatível. Recomendações quanto a: conservação, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e procedimentos.
1981	Florença	Carta de Florença	Recomendações para manutenção, conservação, restauração, utilização, proteção legal e administrativa de jardins históricos e sítios.
1982	Nairóbi	Declaração de Nairóbi – UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente.	Revisão da Conferência de Estocolmo. Recomendações para proteção e melhoramento do meio ambiente.
1982	México	Declaração de Tlaxcala	Sobre os perigos e ameaças do patrimônio Arquitetônico para na América. Recomendações: revitalização com pesquisa e prática interdisciplinar. Valorização das soluções tradicionais. Criações de mestrados e doutorados em restauração.
1985	México	Declaração do México	Conceito de cultura, identidade cultural e patrimônio cultural. Discussão sobre a “dimensão cultural do desenvolvimento”. Recomendação para a cooperação cultural internacional.

1986	Whashington	Carta de Whashington	Definição de Cidade Histórica. Salvaguardar bairros e cidades históricas. Estudo multidisciplinar com observância à carta de Veneza e desta.
1987	Petrópolis	Carta de Petrópolis	Definição de sítio histórico. Recomendações para ações de preservação. Instrumentos de proteção legal: tombamento, inventário, normas urbanísticas, interesse cultural e desapropriação.
1987	Whashington	Carta de Whashington	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas e descreve sobre cidades e centros/bairros históricos que expressam valores históricos ameaçados, seja por degradação, desestruturação ou destruição.
1989	Cabo Frio	Carta de Cabo Frio	Em homenagem ao navegador Américo Vespúcio. 10 recomendações em defesa da “identidade cultural”.
1989	Paris	Recomendação de Paris	Definição da cultura tradicional e popular. Definição para identificação, conservação, salvaguarda, difusão, proteção e cooperação internacional.
1990	Lausanne	Carta de Lausanne	Continuação da carta de Veneza. Definição de patrimônio arqueológico. Políticas de conservação integrada. Inventário, intervenções no sítio, preservação e conservação. Qualificação profissional.
1992	Rio de Janeiro	Carta do Rio	Reafirma a declaração de Estocolmo e apresenta 27 princípios sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável.
1994	Nara	Conferência de Nara	Considera a diversidade cultural e de patrimônio. Discute “valores e autenticidade” respaldada pela Carta de Veneza.
1995	Brasília	Carta de Brasília	Necessidade de discussões respaldadas na “diversidade”: autenticidade e identidade; autenticidade e contexto; diante da realidade regional de uma cultura

			sincretista e de uma cultura de resistência.
1995	Estrasburgo	Recomendação Europa	Faz menção aos outros documentos patrimoniais. Denição de paisagem e paisagem cultural.
1996	Sofia	Declaração de Sofia	Recomendações gerais sobre o uso e salvaguarda e exploração do “patrimônio subaquático”
1996	São Paulo	Declaração de São Paulo II	objetivo de discutir o tema central da Declaração de Sofia, tendo em vista a necessidade de enfrentar os conflitos entre expansão urbana e preservação do Patrimônio Cultural no país.
1997	Mar del Plata	Carta del Mar del Plata	Sobre o patrimônio Intangível. Aponta a “integração cultural” como prioridade.
1997	Fortaleza	Carta de Fortaleza	Sobre o Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção. Comemoração dos 60 anos de IPHAN: “identificar, documentar, proteger, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro.”
1999	Colômbia	Cartagenas de índias	Sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da comunidade andina.
2003	Paris	Recomendação Paris	Convenção para salvaguarda do patrimonio cultural imaterial.
2009	Nova Olinda	Carta de Nova Olinda	Sobre como avaliar as Casas do Patrimônio, elaborar diretrizes e instrumentos legais que assegurem o cumprimento das propostas.
2010	Ouro Preto	I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural	processo de instituição do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) que busca a coordenação e realização de ações na área de gestão do patrimônio cultural.
2010	Brasília	Carta de Brasília	Carta elaborada por jovens sul americanos e proposto nove ideias como a participação ativa dos jovens no Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a promoção do turismo sustentável e

			responsável, divulgando o patrimônio sem comprometê-lo; etc.
2010	Juiz de Fora	Carta dos Jardins Históricos (Carta de Juiz de Fora)	Descreve conceitos, diretrizes e critérios para a defesa e preservação dos jardins históricos como sítios e paisagens criados pelo homem.

Fonte: CURY, 2000. Adaptado pela autora, 2024.

Funari e Pelegrini (2006, p. 32) afirmam que a mudança no ponto de vista com relação ao patrimônio cooperou para os planos de preservação, já que “possibilitou a contextualização estética, social e cultural da obra, consolidou o desenvolvimento da discussão sobre as áreas ao redor do patrimônio edificado [...]”.

As cartas patrimoniais são documentos que apresentam observações no sentido de possibilitar a salvaguarda dos patrimônios, são no final, orientações que podem ou não serem seguidas. Embora as cartas provoquem influência, em especial nos locais onde elas são escritas, não é uma tarefa fácil aplicar as recomendações, considerando a característica e identidade de cada local.

Trazendo o olhar para a América Latina, as dificuldades são ainda maiores já que além da diversidade patrimonial e cultural, é preciso também olhar para as questões sociais e para o extenso território. Diante dessa realidade, não é adequado tratar os patrimônios latino-americanos sob a mesma perspectiva dos patrimônios europeus, uma vez que abrangem desde o período pré-colonial até os tempos modernos. Um exemplo disso é a cidade de Ouro Preto, no Brasil, que preserva construções da era colonial, assim como Cusco, no Peru, remanescente do período inca, evidenciando a complexidade e a riqueza histórica da região (Funari e Pelegrini, 2006).

No Brasil, a institucionalização do patrimônio foi adotada desde 1937 pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, com a criação do órgão federal que protege o patrimônio cultural brasileiro, nominado à época como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A primeira lei de proteção ao patrimônio foi promulgada no mesmo ano, pelo Decreto de Lei nº 25/1937.

Atualmente os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, confere ao Estado a responsabilidade de assegurar o pleno exercício dos direitos culturais, facilitando o acesso e as fontes da cultura nacional. Além disso, o Estado deve apoiar,

promover e valorizar a disseminação das expressões culturais, bem como colaborar com a comunidade na salvaguarda e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Desde o início do novo milênio, o IPHAN implementou o Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) para atender aos compromissos internacionais. Em 2012, foi criado um Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), cuja finalidade é realizar o cadastro georreferenciado dos dados relacionados ao patrimônio cultural de natureza material.

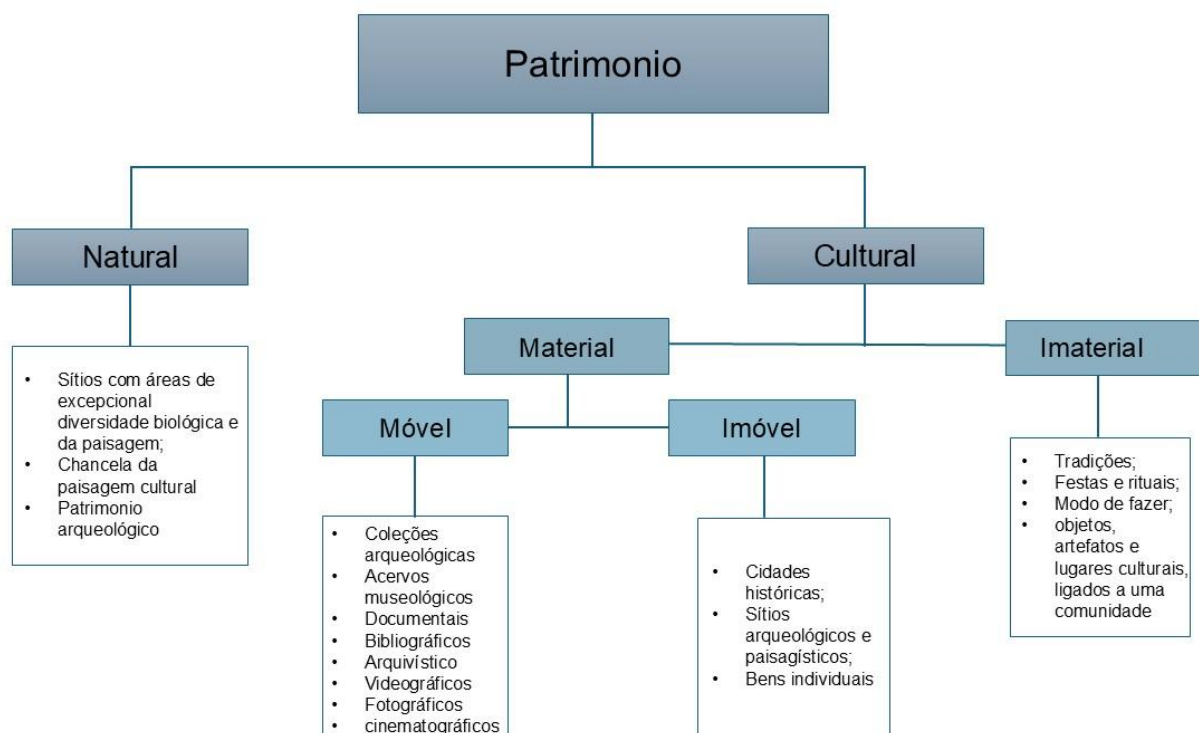
Todo este processo de institucionalização do patrimônio cultural foi primordial para denominá-lo de “patrimônio histórico”. Este reconhecimento não apenas preserva a riqueza histórica e cultural, mas também fortalece a identidade coletiva.

3.3 Considerações sobre as classificações patrimoniais

Os critérios para a classificação de patrimônios são estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e são divididos em culturais e naturais, ambas as categorias necessitam possuir uma relevância para a sociedade e/ou humanidade.

No intuito de ilustrar de que maneira é dividido esta classificação, apresenta-se na Figura 3:

Figura 3: Tipos de Patrimônio – classificação UNESCO / IPHAN.



Fonte: UNESCO, 1972 e 2003. Adaptado pela autora, 2024.

O modo em que a humanidade alterou o meio para facilitar a sua vida, os costumes e crenças que foram criados a partir da convivência em sociedade, tudo isso representa o patrimônio cultural. Para Yázigi (2009, p. 148) o patrimônio histórico-cultural é visto como o conjunto de bens materiais ou imateriais ligados à identidade, cultura e história de um povo e que se apresenta, por essência como “[...] heranças portadoras de valores sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e outros que merecem preservação.”

Em novas perspectivas, observa-se, portanto, uma correlação muito forte entre o patrimônio cultural, hereditariedade e memória de um coletivo em seu território. O patrimônio pode ser tanto transmitido como parte da memória coletiva quanto construído socialmente e de forma intencional para se perpetuar no imaginário coletivo (Nora, 1984). A exemplo dos monumentos construídos no ano de 2024 no Rio Grande do Sul, Brasil, em homenagem aos voluntários que atuaram nas cheias de maio de 2024 no estado (Figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5: Monumento ao voluntário anônimo (esquerda) e Escultura Heróis Voluntários (direita).



Fonte 1: Ricardo Giusti, 2024 .



Fonte 2: Federasul, 2024.

Nesse contexto, o patrimônio ajuda a criar um elo entre o passado e o presente da coletividade, sempre imbuído de valores tradicionais. De acordo com Fernandes (2009, p. 20-1), o patrimônio histórico-cultural oferece identidade e orientação às pessoas, permitindo que elas se reconheçam como parte de coletividades específicas, com um senso de lugar e continuidade histórica:

Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referência fortemente a vida das pessoas.

O patrimônio natural é constituído por monumentos naturais, abrangendo formações físicas e biológicas, além de estruturas geológicas e fisiográficas⁵ e locais naturais. Nesse contexto, a proteção ambiental, a preservação do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são questões que exigem atenção especial IPHAN (2014, s/p).

Os bens naturais abrangem áreas que possuem uma importância ambiental e histórica necessitando ser preservadas e conservadas. Territórios com esta relevância propiciam à população não apenas recursos essenciais a vida, mas possibilitam também atividades de lazer e turismo a partir de suas belezas cênicas. De acordo com IPHAN:

[...] o patrimônio natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial.

⁵ Fisiográfico: Refere-se às características físicas de um território que são significativas para cultura, história e ecossistema local. Esses aspectos podem incluir topografia, clima, vegetação e outros aspectos que formam a paisagem (IPHAN, 2014, s/p).

Essa evolução conceitual foi crucial não apenas para a criação de políticas públicas mais concretas, mas também para assegurar que a comunidade pudesse exercer seu direito de acesso aos bens patrimoniais significativos para a construção de sua identidade e conservação de sua história.

3.4 Patrimônio cultural e natural

A relação entre patrimônio cultural e natural apresenta uma profunda conexão, uma vez que o meio ambiente influencia as práticas culturais humanas e esta fusão entre elementos naturais e humanos, é essencial para a identidade e memória das sociedades (Yázigi, 2009). Contudo, David Lowenthal (2005), defende que a separação entre os dois conceitos é um equívoco já que os elementos culturais dependem do ambiente natural para sua existência.

A reflexão a cerca deste conceito de patrimônio cultural e natural está sendo estudada no intuito de refletir a necessidade de preservar elementos essenciais da identidade humana e do meio ambiente, reforçando assim o pensamento de Lowenthal (2005), que paisagens naturais frequentemente possuem significados culturais profundos.

Essa interconexão implica que esforços de conservação devem adotar abordagens integradas e mais abrangentes, visto que, o patrimônio deve ser considerado como um todo e não apenas como uma simples soma de duas partes, tornando essenciais essas ações para salvaguardar os patrimônios naturais e culturais para as futuras gerações (Lowenthal, 2005).

Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reforçam essa conexão ao reconhecer sítios mistos, como Machu Picchu no Peru (1983) e a Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás – Brasil (2001), que combinam relevância ecológica e cultural com elementos construídos por uma sociedade. Portanto, a salvaguarda do patrimônio deve considerar essa interligação para garantir sua continuidade e sustentabilidade (UNESCO, 2024).

O IPHAN (2014), define patrimônio cultural natural como bens naturais que possuem relevância para a humanidade, sejam eles monumentos naturais, formações geológicas ou áreas que hospedam ecossistemas ameaçados, importantes para a conservação da biodiversidade. A instituição reconhece que a cultura está profundamente enraizada na relação das comunidades com o meio ambiente,

demonstrando a necessidade de uma gestão patrimonial que leve em conta a interação entre esses elementos (UNESCO, 2024).

Nesta perspectiva, o patrimônio cultural e natural constitui um elemento essencial para a identidade e a memória coletiva. Além disso, a gestão e a proteção desse patrimônio estão intrinsecamente ligadas às questões de território, pois envolvem a proteção de espaços geográficos que possuem significados históricos, culturais e ecológicos para uma sociedade.

4 TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

O território e o patrimônio estão interconectados, evidenciando a relação dinâmica que existe entre espaço, cultura e identidade. O território transcende a mera extensão geográfica e se apresenta como um espaço vivenciado e cheio de significados culturais. O patrimônio, por sua vez, abrange tanto os elementos tangíveis quanto aqueles intangíveis, os quais portam a memória e a identidade da população que habita o território. Juntos, eles tecem narrativas, simbolizam pertencimentos e desempenham um papel essencial na preservação das tradições e na compreensão do passado. A salvaguarda e a promoção desses princípios são indispensáveis para a sustentabilidade e a coesão social.

Posto isso, apropria-se neste capítulo do conceito de território na perspectiva do patrimônio e da relação que se estabelece entre estes dois conceitos.

4.1 Dimensões e perspectivas do território

As iniciativas voltadas à valorização do patrimônio histórico-cultural focam em áreas que foram socialmente construídas por diversas comunidades em cada Município. Dessa forma, em uma mesma cidade (tanto na zona rural quanto na urbana), podem surgir diferentes territórios, cada um com sua cultura específica. Consoante o que aponta Saquet (2007), estamos diante de um território que é coletivamente apropriado por meio de uma construção social, que não apenas representa um produto social, mas também é essencial para que essa coletividade possa continuar a se redefinir, fundamentando-se em sua cultura de origem.

Conforme analisa Cirad-Sar (1996), cada território, formado por processos históricos e sociais, é caracterizado por uma cultura específica, sendo fortemente influenciado pelos vínculos de proximidade e pelo sentimento de pertencimento da população local. O pensamento de Haesbaert (1995) complementa, dizendo que todo grupo social desenvolve uma profunda conexão com o local ou a paisagem com a qual se identifica. Território é o espaço onde a vida se desdobra em todas as suas nuances, e onde a ordem interna construída, entrelaçada pela história e pela cultura, é capaz de gerar identidade (Le Bourlegat, 2000).

Di Meo (1999) vê o território como um resultado da prática social e mediador da vida social. Ele distingue duas dimensões: (1) a dimensão do espaço social, refletindo as relações sociais e espaciais entre indivíduos, materializadas por construções sociais e normas; e (2) a dimensão do espaço vivido, expressando a relação existencial e o sentimento de pertencimento, repletos de valores culturais, de quem experimenta o território como uma construção social. Nesta dimensão, o território se revela em relações subjetivas e afetivas com a realidade objetiva.

Além das duas dimensões principais, Di Meo (1999) identifica quatro significações adicionais do território: a dimensão social/alteridade, que se refere à vivência concreta no espaço social, onde indivíduos estabelecem laços com seu grupo social, cultivando um sentimento de pertencimento e identidade coletiva. Esses patrimônios têm valor significativo ao ajudar a estabelecer ou reafirmar a identidade coletiva dos grupos sociais. Manifestação visível do espaço e fundações simbólicas do território podem atuar como mecanismos poderosos para mobilização social.

Sob essa perspectiva, Di Meo (1999) classifica o território em três dimensões distintas: (1) a dimensão da materialidade (realidade concreta), que corresponde à realidade geográfica onde se registram as ações humanas e as transformações que delas resultam; (2) a dimensão da ligação emocional e pré-social do ser humano com a terra; (3) a dimensão do universo simbólico, que abrange as representações coletivas, sociais e culturais.

A partir desta análise, é possível observar que todo espaço de construção social possui uma dimensão simbólica, relacionada às representações que a comunidade tem construído ao longo da história, fundamentadas em uma cultura compartilhada. É por meio dessas representações culturais que a comunidade valoriza certos bens, os quais são preservados como patrimônio. Esses bens culturais são essenciais para reforçar a identidade da coletividade e o sentimento de pertencimento ao espaço que habitam.

4.2 Território e patrimônio: conexões conceituais

Di Meo (1995) também destaca a forte relação entre os conceitos de patrimônio e território. Segundo ele, ambos possuem aspectos materiais e imateriais e estão entrelaçados em um tecido social que foi formado ao longo do tempo. Ambos têm um papel significativo na mediação e construção da identidade social. Além disso, é

importante ressaltar que não se pode compreender o território em sua dimensão simbólica sem reconhecer o seu valor patrimonial, não é viável compreender o conceito de patrimônio sem considerar sua base territorial. Há uma conexão profunda entre patrimônio e território, manifestada nos laços de pertencimento que são estabelecidos tanto individualmente quanto coletivamente.

Tanto o patrimônio quanto o território não existem de forma isolada; ambos são construídos socialmente, de maneira intencional e por meio da apropriação. Isso acontece quando a comunidade reconhece o valor do patrimônio e se identifica por meio dele. Segundo Raffestin (1993), ao territorializar um espaço, o agente coletivo se apropria do território de forma concreta e abstrata. Ele se apropria de um espaço que já possui uma representação anterior e, a partir disso, cria um universo simbólico repleto de valores e significados.

De maneira similar, Nora (1984), apresenta que a memória coletiva é construída por meio de "lugares de memória", ou seja, espaços físicos ou simbólicos onde a história de um grupo é preservada e reforçada ao longo do tempo. Assim, o patrimônio cultural se torna um elemento essencial na manutenção da identidade coletiva.

O patrimônio pode ser transmitido pela memória coletiva ou construído socialmente, resultando de interações e atribuições de significado por diferentes grupos ao longo do tempo. Vale ressaltar que os exemplos apresentados nas figuras 4 e 5⁶ também são igualmente aplicáveis neste contexto.

4.3 Desenvolvimento local e o papel da territorialização / patrimonialização

O conceito de desenvolvimento local é discutido por Jara (1988, p. 305) como um processo de transformação endógena que ocorre em território de menor escala, como comunidades, municípios ou microrregiões, com o objetivo de melhorar as condições de vida, fundamentado em “princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural”.

⁶ Figuras localizadas na página 30. Monumento ao voluntário anônimo e Escultura Heróis Voluntários, construídos no Rio Grande do Sul em homenagem aos voluntários que trabalharam nos resgates nas inundações que assolaram o estado em maio de 2024.

De acordo com Pierson (1964), é nas comunidades que se forma o sentimento de solidariedade. Nessa condição coletiva, as pessoas em conjunto criam um campo de força que as capacitam a resistir a influências externas, mesmo diante de exclusões baseadas em classe social, etnia ou nível educacional.

Conforme Claxton (1997), o desenvolvimento local é mais eficaz quando uma população culturalmente similar pode participar ativamente na construção de um ambiente comum. Para Ávila (2000), a comunidade deve ser o sujeito do desenvolvimento, abrangendo as esferas econômica, social, cultural e ambiental. Brand, Marinho e Lima (2007) veem o desenvolvimento local como uma busca pela qualidade de vida e bem-estar, transcendente à questão econômica, envolvendo também as dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas.

Assim, como destaca Ávila (2000), o desenvolvimento local se dá por meio de um processo integrado que conecta a coletividade, o espaço em questão e as potencialidades identificadas e valorizadas dentro dele. Nessa perspectiva Oliveira (2001), apresenta que esse processo envolve práticas cidadãs, cooperação, negociação e convergência de interesses.

A dimensão identitária do território, conforme Di Meo (2002), reflete a conexão entre a coletividade e seu ambiente de vida, mediada por símbolos e representações relacionados ao patrimônio coletivo que receberam. Essa identidade se fortalece à medida que a coletividade utiliza a patrimonialização para se apropriar desse espaço, que é simbolicamente interpretado como seu território (espaço de apropriação). Nesse contexto, o patrimônio se transforma em um instrumento eficaz de territorialização ao ser mobilizado pela coletividade com esse objetivo. Segundo Landel & Senil (2009), as ações voltadas para o desenvolvimento local se manifestam mediante ativação de objetos patrimoniais na elaboração de projetos territoriais, atribuindo a eles um modo particular de desenvolvimento.

A fim de ilustrar os termos mais relevantes para o desenvolvimento local a Figura 6 expõe a imagem de um mapa mundi com destaque aos conceitos mais frequentes nos estudos do referido tema.

Considerando a conexão entre o patrimônio e o contexto em que se manifesta, Yázigi (2009) aponta outras categorias de valores atribuídos ao patrimônio, a saber: a) valores pragmáticos, que enxergam o patrimônio como um espaço de encontro para pessoas com interesses culturais e turísticos; b) valores cognitivos, que refletem a maneira como as pessoas percebem o patrimônio, trazendo uma interpretação mais íntima e individual; c) valores estéticos, que se referem à beleza e são influenciados pelo gosto pessoal, incluindo um sentimento de cuidado por parte das autoridades; d) valores afetivos, que se relacionam com os três anteriores e possibilitam medir o sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio.

Dentro da concepção do Desenvolvimento Local, o sentimento de pertença é o elo entre o sentimento individual e o coletivo (Leite *in*: Marques *et al*, 2024, p.193-4). Diante disso, entende-se que é neste processo de reconhecimento (individual) como parte de um lugar que é possível a formação da conexão afetiva com o Território e com os bens patrimoniais nele inseridos.

4.4.1 Memória e valorização histórica

Esse reconhecimento patrimonial está estreitamente vinculado à história coletiva. A memória, pode ser descrita como a capacidade psíquica que o ser humano possui em conservar certos tipos de informação (Le Goff, 1992). As informações/vivências, quando armazenadas na memória humana, possibilitam recordações individuais e coletivas possíveis de revelar o modo de viver de um grupo, e/ou a cultura de uma comunidade. Quer dizer, é por meio deste registro de lembranças (memória) que se produz a cronologia, tanto individual como coletiva. A recordação, baseada na vivência social, é importante, principalmente, por assegurar significado às coisas, assim como sua continuidade (Abreu; Chagas, 2003). De acordo com Halbwachs (1990, p. 82):

[...] a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte e em conjunto.

O valor histórico de um bem patrimonial, conforme aponta Lacerda (2012), está ligado ao passado espontaneamente construído, contexto que lhe atribui uma condição de herança, ou de história coletiva. Para esse autor, a importância histórica

é capaz de revelar uma época, seus modos de vida, mas é preciso sempre atentar-se para que, mesmo que construída em outros momentos, a atribuição de valor seja dada por quem vive o território no qual o bem se manifesta.

Resgatar a memória coletiva de um patrimônio que está inserido em um território é possível a partir da oralidade proferida por quem é parte da coletividade que historicamente construiu esse território. De acordo com Thompson (1992, p. 197) “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade”. As narrativas de quem vive no território são a chave para extrair a memória do passado, elas auxiliam o resgate de acontecimentos de cada época, o modo de vida de uma comunidade e a história do lugar onde o bem histórico-cultural se manifesta, para isso, é essencial saber escutar a população local.

4.4.2 Valorização cultural

Considerando que o passado é construído espontaneamente por um coletivo, Lacerda (2012) conceitua que a importância histórica está incutido de importância cultural. Assim, a compreensão do passado favorece a ligação comum entre passado, presente e futuro. Tanto a história é construída culturalmente em diferentes sociedades conforme os sistemas de significações atribuídas, quanto os sistemas culturais são ordenados historicamente em função da reavaliação prática dos significados (Salins, 2003 citado por Lacerda, 2012). O sentido aos bens, são atribuídos pela população no processo de participação em projetos de desenvolvimento e valorização dos patrimônios, com base em interpretações coletivas construídas ao longo do tempo, portanto de ordem espontânea (Lacerda, 2012).

4.4.3 Identidade coletiva

No espaço de convivência coletiva em um território, constrói-se historicamente a evolução e a transformação das experiências, criando uma história de vida em comum, marcada pelos mesmos valores culturais. De acordo com Tuan (1980), esse passado histórico comum ajuda a solidificar sentimentos de amor e afeto ao local, conferindo uma identidade coletiva e um sentimento de pertencimento, à realidade vivenciada e à coletividade que dela faz parte.

Tuan (1980) sustenta que essa conexão com o ambiente pode ser observada em contextos como: Símbolos que representem um passado comum como “monumentos históricos e arquitetônico”; O “imaginário coletivo”, muitas vezes formados por paisagens que podem ser transformadas em símbolos de identidade de uma comunidade; E “espaços urbanos e bairros”, pois a forma como um bairro é construído ou a maneira com ele é preservado pode reforçar um sentimento de pertencimento.

No entendimento de Dias (2006) a identificação (conexão) se manifesta por um conjunto de características compartilhadas pelos membros de um grupo, permitindo o reconhecimento e diferenciação em relação a outros grupos. Corroborando com o exposto, Costa (1999, p. 27):

As **identidades experimentadas, ou vividas**, têm a ver com as representações cognitivas e o sentimento de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categorias institucionais, grupais, territoriais ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes da sua experiência de vida e situações de existência social.

Segundo Tönnies (1973), o sentimento de pertença territorial, relaciona-se à partilha de valores, experiências interpessoais e princípios comuns, recíproco mútuo e de adesão aos princípios e visões de mundo compartilhado, que determina o sentimento de participação do território no indivíduo.

A identidade coletiva está atrelada aos valores culturais, assim como o sentimento de pertença. Os indivíduos que manifestam características culturais similares, que apresentam costumes e modos de agir em conformidade, apresentam, de acordo com Oliveira (2010, p. 185) “[...] o que se chama de identidade cultural”.

Desse modo um passado histórico comum solidifica o amor ao local e fortalece a identidade coletiva, é a partir dela que as lembranças, emoções e tradições são consolidadas, e assim nasce o sentimento de pertencimento, ainda que não seja algo palpável ela é capaz de conferir a uma comunidade o sentimento de ser parte do lugar ou de uma cultura.

5 O PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS E A RELAÇÃO COM OS SIMBOLOS

Parque significa, de acordo com o dicionário Michaelis (2015): “terreno mais ou menos extenso, arborizado, cercado ou não [...]”. Parques urbanos são espaços verdes construídos em perímetro urbano e são destinados a uso público no intuito de proporcionar um espaço que possibilite contato com a natureza e atividades de lazer para a população (Viva Decora, 2021).

O primeiro parque urbano da história foi projetado pelo arquiteto Joseph Paxton, o *Birkenhead Park*, construído em 1843 e localizado em Liverpool na Inglaterra. O intuito da construção desta área verde dentro do perímetro urbano, já na época, era aumentar a qualidade de vida e bem-estar da população (Plantar Ideias, s/d).

No Brasil, o Passeio Público na cidade do Rio de Janeiro é o primeiro espaço público arborizado, conforme registra Schlee (2006):

Primeiro espaço livre público intencionalmente concebido para inserir-se urbanisticamente na cidade, o Passeio Público foi projetado por Mestre Valentim em 1783. Até então a cidade, que ainda mantinha como funções principais o controle do território e o comércio mercantil extrativista, voltava-se para dentro, tendo o porto como única porta de acesso. A construção de um “jardim-mirante” configurou-se como uma grande inovação na época, ao ressaltar os atributos paisagísticos da Baía da Guanabara e deles tirar partido para a formação de uma “identidade urbana” carioca. Em 1862, a composição paisagística do jardim, estruturada a partir de um sistema de alamedas retilíneas, foi profundamente modificada por Auguste Marie François Glazou.

Em Campo Grande/MS, localizado na Região Urbana do Prosa, está o Parque das Nações Indígenas (PNI). Por estar localizado dentro do perímetro urbano e ser uma área verde planejada para proporcionar lazer, contato com a natureza e melhor qualidade de vida à população campo-grandense, o PNI pode ser classificado como um parque urbano. Locais com essa característica, desempenha um papel importante para conservação ambiental em áreas urbanizadas, além de desempenhar funções sociais, culturais e ecológicas.

De acordo com informações disponíveis no site Parque das Nações Indígenas (s/d), sua criação ocorreu a partir da desapropriação de diversas propriedades (chácaras e terrenos) pelo governo estadual. Essas propriedades estavam situadas às margens dos córregos Prosa, Reveilleau e Sóter, entre as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso.

Na década de 1980, essa região passou por um rápido processo de urbanização, com a construção do Parque dos Poderes e do Shopping Campo Grande. A área às margens dos córregos Prosa e Reveilleau, que era tipicamente de preservação ambiental, foi desapropriada para a futura criação do parque urbano. A desapropriação, de fato, só ocorreu em 1993, durante o governo de Pedro Pedrossian, abrangendo uma área de 116 hectares. Um ano depois, com quase todas as obras ainda em andamento, o Parque das Nações Indígenas foi inaugurado (Campo Grande News, 2023).

A idealização do parque foi parte de um projeto que visava revitalizar áreas verdes da capital sul-mato-grossense, proporcionando um espaço de lazer para a população. O nome "Nações Indígenas" presta homenagem às etnias indígenas do estado que também nomeiam os seis portões de entradas do parque: Portão Kaiowá, Portão Guarani, Portão Nhandeva, Portão Guató, Portão Kadiwéu e Portão terena (Da Silva Melo *et al*, 2015).

Além disso o PNI ainda possui em seu território mais dois monumentos que homenageiam os povos indígenas, que são o monumento ao índio⁷, que é um obelisco em formato de zarabatana que homenageia às culturas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 7); e o monumento "Cavaleiro Guaicuru"⁸, uma representação do grupo indígena guerreiro (Figura 8), conhecidos por sua habilidade em cavalaria e habitantes da região do atual estado de Mato Grosso do Sul (Parque das Nações Indígenas, s/d).

Figura 7: Monumento ao índio (zarabatana).



Fonte: Flávio André/MTur, 2022.

Figura 8: Monumento Cavaleiro Guaicuru.



Fonte: IMASUL, s/d.

⁷ Autor do projeto: Arquiteto Roberto Montezuma (Parque das Nações Indígenas, s/d).

⁸ Obra do escultor Sul-mato-grossense Anor Mendes (Parque das Nações Indígenas, s/d).

Definido pelo Ministério do Turismo em 2022 como destino turístico multicultural:

O Parque das Nações Indígenas está entre os maiores espaços urbanos do Brasil com estrutura de cultura, esporte e lazer, desde bosques bem cuidados, trilhas, pistas de corrida, ciclovias, rampas de skate e Concha Acústica, onde os locais e os turistas podem acompanhar eventos musicais. O parque abriga o Museu de Arte Contemporânea e o Museu Dom Bosco, também conhecido como “Museu do Índio”, com rico acervo de arqueologia, etnologia e paleontologia (De Souza, 2022).

As Figuras 9 e 10 ilustram o território do Parque das Nações Indígenas:

Figura 9: Mapa Parque das Nações Indígenas Ilustrado.



Fonte: IMASUL, s/d.

Figura 10: Foto Aérea Parque das Nações Indígenas.



Fonte: Gabriel Marchese, 2022.

O território do Parque das Nações Indígenas foi o meio para a observação dos símbolos culturais do campo-grandense já que é o lugar onde a população utiliza como esporte e lazer, além de estar muito próximo a uma Unidade de Conservação, sendo assim, o local propício para localizar os quatro símbolos culturais estudados nesta tese.

O campo-grandense reconhece como símbolos da cidade quatro elementos que são parte da paisagem, e da cultura local, sendo que três deles são seres vivos e o quarto é uma expressão cultural⁹, são eles: Arara-canindés (*Ara ararauna*), Capivara (*Hydrochoerus*), árvore da espécie de ipê (*Tabebuia* sp.) e a roda de Tereré (Urquiza; Castilho, 2019).

As Figuras 11 a 14 confirmam que o território do Parque das Nações Indígenas contém todos os símbolos discutidos nesta tese e demonstram a interação cotidiana da população de Campo Grande com esses elementos no local.

Figura 11: Interação com árvore da espécie de ipê (*Tabebuia* sp.).



Foto de: Urquiza, 2024.

Campo Grande foi reconhecida cinco vezes como uma das “Cidades Árvores do Mundo” (*Tree Cities of the World*). Este reconhecimento destaca os esforços contínuos para arborizar a cidade e preservar a floresta urbana da capital sul-mato-grossense. Entre as espécies existentes, destaca-se a árvore da espécie ipê (*Tabebuia* sp.), que chama a atenção por sua beleza. Sua floração ocorre entre o

⁹ Roda de Tereré declarado pela UNESCO no ano de 2020 como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

inverno e a primavera, seguindo uma ordem de cores: roxo, rosa, amarelo, branco e verde, sendo esta última a mais rara (Silva, 2021).

As árvores desta espécie podem ser avistadas em vários pontos de Campo Grande, e no Parque das Nações Indígenas é possível acompanhar a floração de todas as suas cores. A capital sul-mato-grossense é conhecida como a “Capital dos Ipês”. Gisseli Giraldeli (2021), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), reforça:

O ipê, pela sua beleza exuberante, acaba por atuar como uma espécie de bandeira. Tanta beleza desperta na população uma sensação muito agradável. Simplesmente parar um minuto para contemplar o belo é fundamental para a nossa vida! Isso nos remete à importância do nosso contato com a natureza. Como representante do órgão gestor da arborização urbana da nossa cidade, me sinto muito grata em ver esse fenômeno crescendo a cada ano, cada vez mais o campo-grandense está envolvido com essa questão! Estamos nos tornando uma cidade de apaixonados por árvores, que são seres vivos muito importantes dos quais somos dependentes, elas são uns dos maiores prestadores de serviços ambientais dos espaços urbanos (CG Notícias, 2021).

A Figura 11 ilustra o encantamento da população por esta espécie, confirmando que a árvore ipê é um símbolo cultural do município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

Já a Figura 12 apresenta a interação com as capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) que habitam no Parque das Nações Indígenas, a imagem da direita mostra um grupo de pessoas tirando uma foto com as capivaras de fundo e a imagem da esquerda uma pessoa que parou o seu percurso de bicicleta apenas para apreciar a travessia dos animais.

Figura 12: Interação com capivara (*Hydrochoerus*).



Foto de: Urquiza, 2024.

Um levantamento feito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e divulgada pelo Campo Grande News afirma que “[...] as capivaras se dividem em seis grupos, com população que chega a 250 animais [...] as populações se regulam pela quantidade de grama e água disponíveis” (Santos *in* Campo Grande News, 2023).

As capivaras não habitam exclusivamente o parque dos poderes e como a capital de Mato Grosso do Sul possui diferentes pontos com unidades de conservação e alguns corredores verdes é comum o avistamento de capivaras atravessando a rua, por exemplo, esse comportamento e a sua morosidade encanta a população. O jornal midiamax trouxe uma reportagem em homenagem aos 124 anos da capital no ano de 2023 que diz:

Questionamos aos moradores quais atitudes mais admiram nos campo-grandenses e, entre as respostas, uma bem peculiar: “Tem uma coisa que só o campo-grandense faz que é parar o carro, moto, o que for, pra capivara atravessar”. E não é que é mesmo? [...] (Midiamax, 2023).

Na Figura 13, é possível visualizar o registros de pessoas tomando e/ou carregando o seu kit de tereré. O tereré é uma bebida feita a partir da erva mate, uma árvore originária da América do Sul e que suas folhas são utilizadas para fazer uma bebida a partir do processo de infusão. A herança deste costume veio do povo indígena guarani (National Geographic Brasil, 2023).

Figura 13: Pessoas portando seus kits de tereré.



Foto de: Urquiza, 2024.

Em Mato Grosso do Sul, o tereré é tradicionalmente consumido como uma infusão em água gelada, servida em um copo conhecido como "cuia" ou "guampa" e bebida por meio de um canudo chamado "bomba". A prática da roda de tereré é comum em espaços públicos e domésticos, reunindo amigos, familiares e até mesmo desconhecidos (Aquele Mato, 2018).

A cena exposta pela Figura 14, mostra 3 pessoas apontado para duas Araras-canindé (*Ara ararauna*), que estão se alimentando dos frutos de uma árvore no Parque das Nações Indígenas, esta espécie é bastante comum de ser avistada no perímetro urbano de Campo Grande. De acordo com o Instituto Arara Azul (s/d), as Araras-Canindé “São araras grandes, podendo medir até 86 cm e pesar entre 995g e 1.380g. A parte superior do corpo possui a coloração azul e a inferior amarela, possui fileiras de penas faciais pretas e garganta também preta”.

Figura 14: Interação com as Araras-Canindé (*Ara ararauna*).



Foto de: Urquiza, 2024.

Campo Grande - MS foi declarada a Capital do Turismo de Observação de Aves pela lei municipal nº 7.023 (CG Notícias, 2023), reconhecendo que diversas aves-urbanas habitam a cidade. No entanto, são as araras que mais chamam a atenção, seja por sua beleza, seja por sua vocalização marcante e intensa.

Uma campo-grandense expressou em uma reportagem feita pelo jornal Midiamax que:

Conviver com araras, que pousam com familiaridade em qualquer canto e até em pessoas, com jiboias andando pela cidade e com as queridinhas capivaras dá a alguns a sensação de morar em um paraíso. As capivaras, inclusive, são mais respeitadas que muita gente em Campo Grande (Midiamax, 2023).

O Instituto Arara Azul, desenvolve o projeto Aves Urbanas – Araras da Cidade que monitora as araras-canindé “e as interações desta espécie na cidade (pessoas, trânsito, prédios), bem como utilizá-la como instrumento para educação, ecoturismo e promover a conservação da biodiversidade. Os estudos desenvolvidos pelo mesmo órgão tem contribuído para a criação de políticas públicas como é o exemplo da Lei Municipal de nº 5.561 de 15 de junho de 2015 que institui a Arara-Canindé como símbolo de Campo Grande (Instituto Arara Azul, s/d).

As imagens registradas no Parque das Nações Indígenas durante a coleta de dados para esta pesquisa, juntamente com a pesquisa documental apresentada neste capítulo, reforçam que os símbolos culturais mencionados pela população são parte do cotidiano da cidade. Esses símbolos têm respaldo em ações públicas, seja por meio de ações da sociedade organizada ou por meio de políticas públicas concretas.

6 RESULTADOS

Inicialmente destaca-se a importância em estudar os ambientes urbanos já que é onde a vida se desenrola, são os espaços onde as culturas locais e o modo de viver dos moradores se manifestam. Ghel e Svarre (2018, p. 2) definem espaço público como sendo “ruas, becos, edifícios, praças, [...] tudo que possa ser considerado parte do ambiente construído”.

A vida na cidade também deve ser entendida, no sentido mais amplo, como tudo o que acontece entre as edificações, na ida e na volta da escola, nos terraços, com as pessoas sentadas, em pé, caminhando, pedalando etc. É tudo o que podemos observar quando saímos às ruas [...] (Ghel e Svarre, 2018, p. 2).

Os pontos de observação, tanto para as atividades estacionárias, quanto para as atividades em movimento, foram definidos de maneira que os lados opostos do Parque das Nações Indígenas fossem analisados, sendo então demarcados conforme o Mapas 1, 2 e 3 (página 16).

A apresentação dos dados coletados segue uma cronologia temporal e estão separados da seguinte maneira: 1º - gráfico com os resultados da observação em posição estática, com a quantidade de pessoas que estavam em movimento; e 2º - mapa comportamental com os resultados da observação em movimento, com a quantidade de pessoas que estavam em posição estática e as atividades estacionárias.

A contagem de fluxo de pessoas foi realizada durante o período de abertura do parque, entre 6h e 20h em todos os dias da semana (segunda-feira a domingo), a observadora em posição estática, possibilitando a contagem e análise do comportamento das pessoas que estavam no parque no horário em que a observação estava acontecendo (Quadro 3).

O mapeamento das atividades estacionárias seguiu a mesma cronologia de tempo nos espaços demarcados, com a pesquisadora em movimento observando e registrando as pessoas que estavam paradas em atividades estacionárias. Esta observação não teve o intuito de contabilizar a quantidade de pessoas apenas quais atividades estáticas são realizadas e os horários que ocorrem com maior frequência (Quadro 4).

Quadro 3: Fluxo de pessoas no período entre 6h e 20h.

FLUXO DE PESSOAS	
Número de Pessoas	576
Gênero ¹⁰	
Homens	303
Mulheres	273
Faixa etária	
Criança	40
Jovem	21
Adulto	456
Idoso ¹¹	59
PNE ¹²	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 4: Atividades estacionárias no período entre 6h e 20h.

ATIVIDADES ESTACIONÁRIAS	
Meditação	6
Fotografando/filmando	14
Observando	11
Alongando	5
Trabalhando	13
No celular	11
Esperando	12
Conversando	11
Lendo livro	3
Olhando os ipês	4
Piquenique	12
Se hidratando	1
Descansando	8
Brincando	2
Roda de Tereré	8
Observando as capivaras	12
Almoçando	1
Ouvindo música	1
Deitado na grama	4
Tomando água de coco	3
Reunião de escoteiros	1
Mídia temática	3
Observando as araras	1
Cantando	2
Reunião grupo de corrida	1
Assistindo skate	1
Comendo	2
Bebendo	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

¹⁰ A classificação foi realizada partir das características físicas do transeunte no momento da observação e não está relacionada à identidade de gênero. Considerando que a metodologia da pesquisa descartou a interação entre a pesquisadora e a população, não houve o questionamento a respeito do gênero com o qual a pessoa observada se identifica, entretanto, a separação dos dados foi realizada sem a intenção de enfatizar nenhuma construção social atribuída ao sexo.

¹¹ A classificação se deu a partir de análise da senioridade em comparação com os transeuntes presentes no mesmo espaço/tempo da observação e não foi atribuída a estereótipos pejorativos com intenção de segregar características físicas. Sendo assim, a classificação etária se deu sem a intenção de praticar o etarismo.

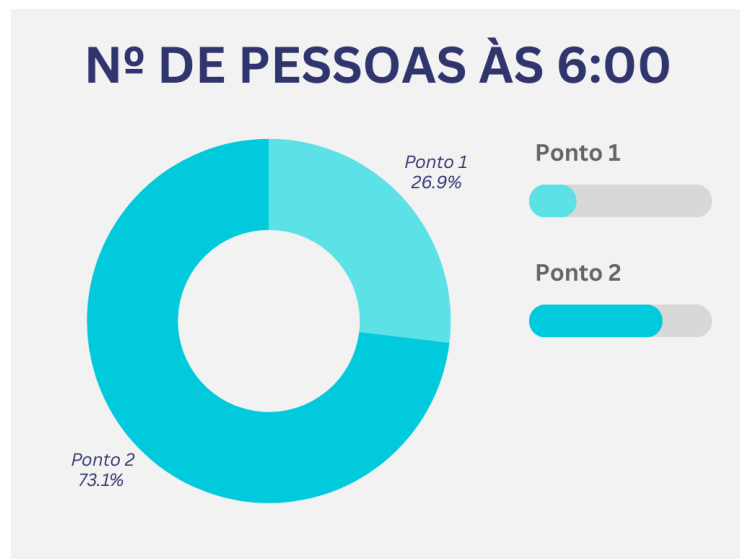
¹² Quantidade observada com relação ao número total de pessoas contabilizadas.

6.1 Contagem de fluxo de pessoas e atividades em movimento

Os Gráficos 1 a 15 apresentam os dados obtidos durante a observação para a contagem do fluxo de pessoas. Essas informações retratam a quantidade de pessoas em movimento por hora, por gênero e faixa etária.

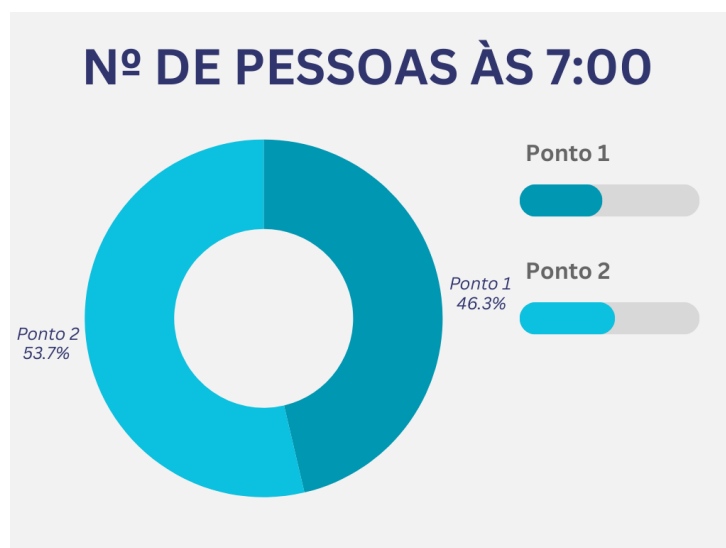
A contagem de fluxo de pessoas foi realizada com o auxílio de um contador manual e um cronometro, seguindo a metodologia de Ghel e Svarre (2018), contando por 10 minutos a cada hora.

Gráfico 1: Fluxo de pessoas às 6h.



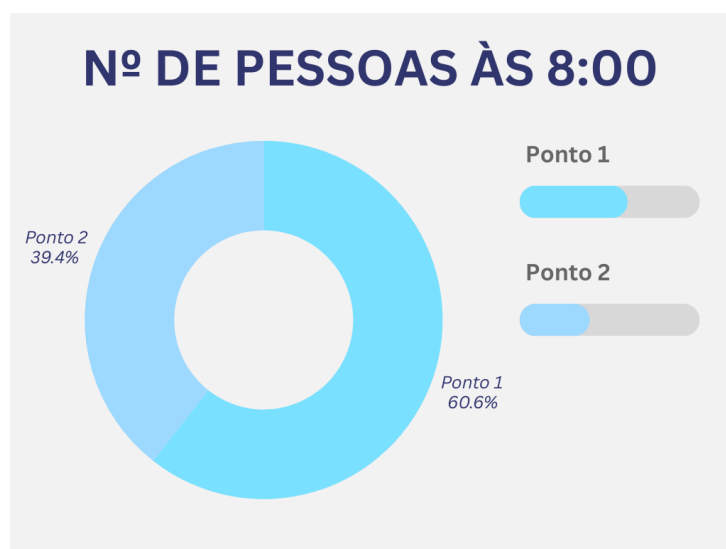
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Foram contabilizadas às 6 horas da manhã, um total de 26 pessoas, sendo 7 pessoas no ponto 1 e 19 pessoas no ponto 2. As condições climáticas nos dias de observação apresentavam uma temperatura entre 22°C e 39°C, além do clima estar muito seco e quente. As atividades em movimento que foram praticadas nesta hora de observação foram: corrida, caminhada e travessia (cortando caminho pelo parque).

Gráfico 2: Fluxo de pessoas às 7h.

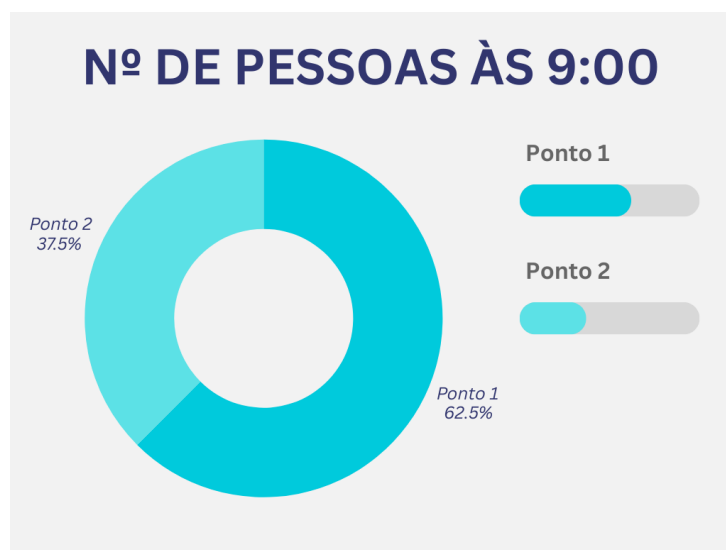
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às sete da manhã, registrou-se 41 pessoas, sendo 19 no ponto 1 e 22 pessoas no ponto 2, realizando práticas de atividades físicas como corrida e caminhada. A temperatura variou entre 22°C e 39°C, além do clima estar muito seco e quente.

Gráfico 3: Fluxo de pessoas às 8h.

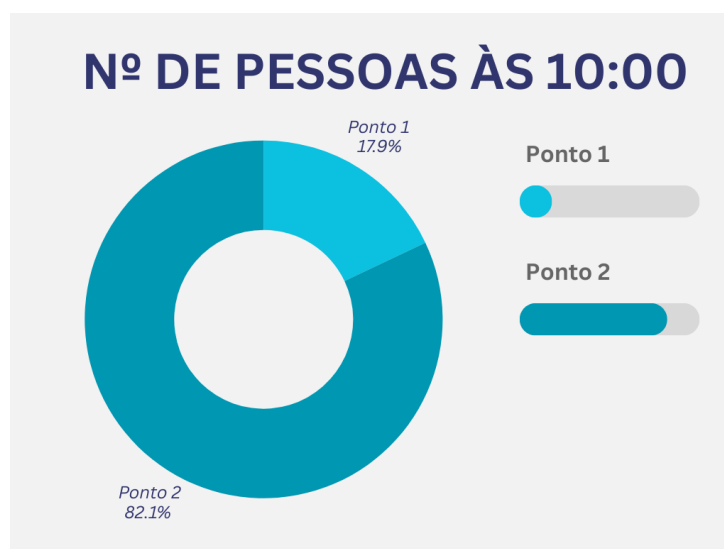
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em um dia da semana comum, com o clima seco, temperatura entre 21° e 28°, com muito vento e fumaça, foram contabilizadas na terceira hora de observação 33 pessoas, sendo 20 no ponto 1 e 13 pessoas no ponto 2. As atividades em movimento foram: corrida, caminhada, travessia (cortando caminho pelo parque) e a criança aprendendo a andar de patinete acompanhada de seus pais.

Gráfico 4: Fluxo de pessoas às 9h.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às 9 horas da manhã, foram contabilizadas 16 pessoas, sendo 10 no ponto 1 e 6 no ponto 2. As atividades em movimento foram: bicicleta, corrida e caminhada. 3 pessoas estavam carregando o seu kit de Tereré.

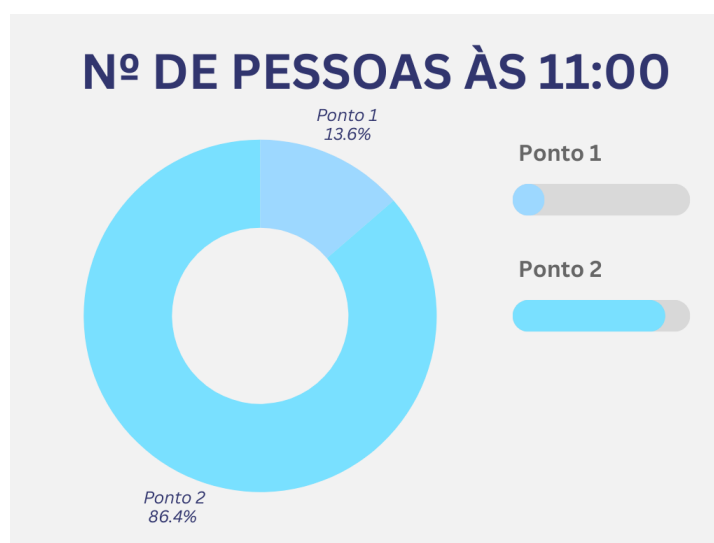
Gráfico 5: Fluxo de pessoas às 10h.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No horário das 10 da manhã houve uma inversão da quantidade de pessoas já que o ponto 1 foi observado em uma terça-feira (dia de semana comum) e o ponto 2 em um sábado (final de semana). As condições do clima estavam entre 18° e 28° / 23° e 35° respectivamente, levando a percepção de que a temperatura elevada e o tempo

seco não são limitantes para a utilização do espaço público, já que a temperatura no final de semana estava mais elevada que no dia de semana. Foram contabilizadas 32 pessoas, sendo 7 pessoas no ponto de observação 1 e 24 pessoas no ponto 2. As atividades de movimento registradas foram: quadriciclo, bicicleta, caminhada, corrida, passeio e gravação de vídeo. O Tereré estava presente com um dos grupos contabilizados.

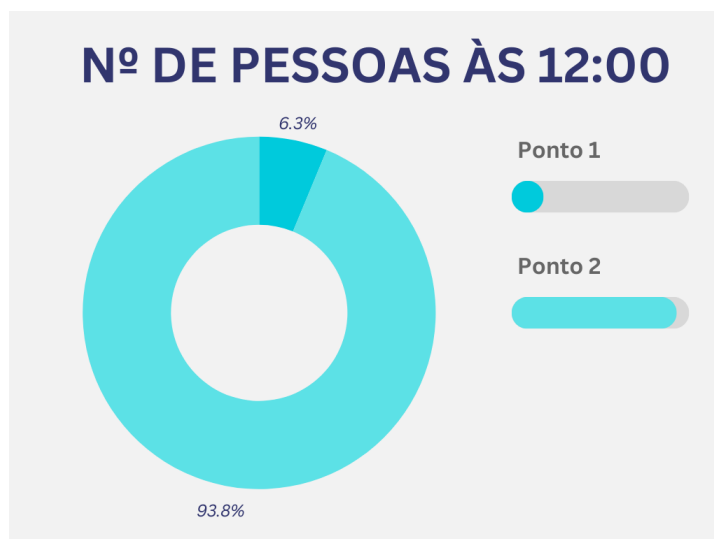
Gráfico 6: Fluxo de pessoas às 11h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às 11 horas da manhã, 22 pessoas passaram pelos pontos de observação, destas 3 pessoas presentes no ponto 1 e 19 pessoas no ponto de observação 2, realizando atividades como corrida, caminhada e andando de caiaque.

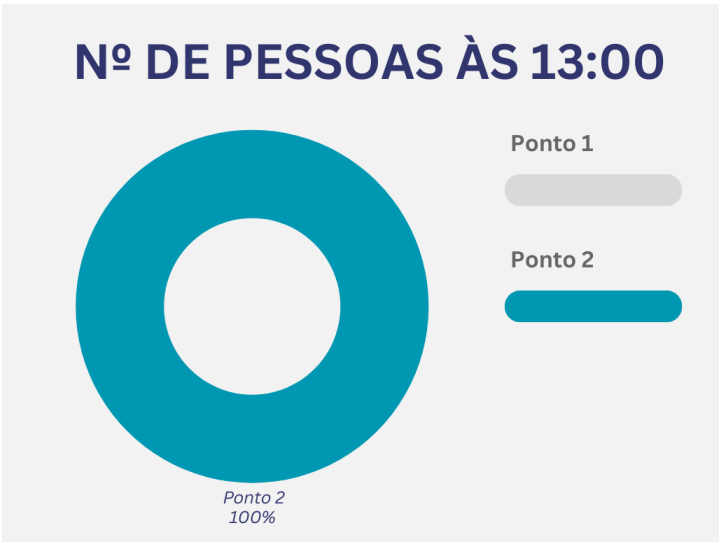
Gráfico 7: Fluxo de pessoas às 12h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No horário de meio dia o padrão de comportamento se manteve o mesmo dos horários anteriores, foram contabilizadas 1 pessoa no ponto 1 e 15 pessoas no ponto 2, totalizando 16 pessoas realizando atividades físicas como corrida, caminhada, bicicleta e passeio em família. Esta observação foi realizada em um dia de semana, com temperatura entre 20°C e 36°C e clima seco e com muita fumaça. Uma pessoa com mobilidade reduzida foi contabilizada entre os transeuntes.

Gráfico 8: Fluxo de pessoas às 13h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No início da tarde, às 13h, foram contadas, no ponto de observação 1 nenhuma pessoa foi contabilizada, 4 pessoas foram contabilizadas no ponto de observação 2 e as atividades registradas foram caminhadas e passeio.

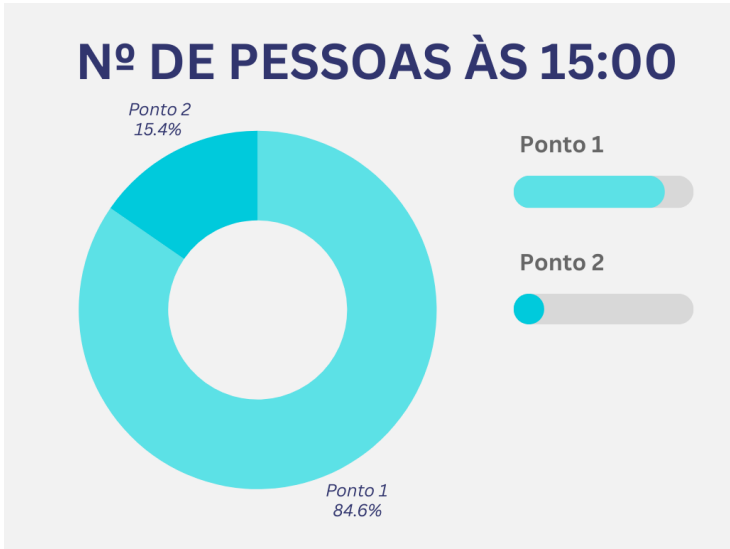
Gráfico 9: Fluxo de pessoas às 14h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às 14h, foram contabilizadas 3 pessoas no ponto de observação 1, apresentando um resultado inverso ao horário anterior. A caminhada foi a única atividade em movimento observada neste horário.

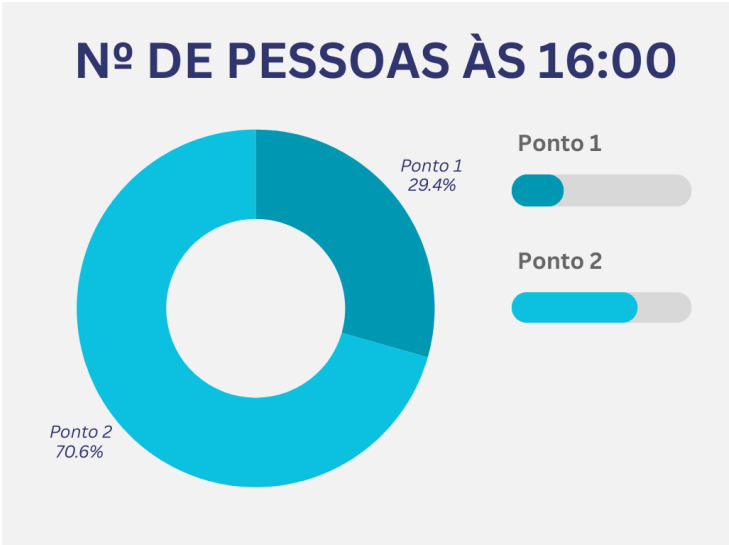
Gráfico 10: Fluxo de pessoas às 15h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às 3 horas da tarde um total de 13 pessoas foram contabilizadas, sendo que 11 delas no ponto 1 e 2 pessoas contabilizadas no ponto de observação 2. As observações aconteceram em dias muito quentes e seco, com temperatura entre 20°C e 34°C. As pessoas estavam andando de bicicleta, caminhando e passeando.

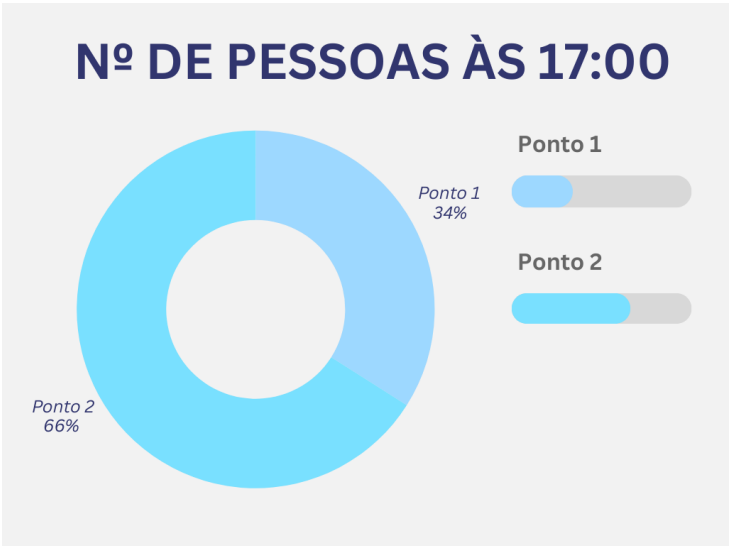
Gráfico 11: Fluxo de pessoas às 16h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Foram contabilizadas às 16 horas, 17 pessoas caminhando, andando de caiaque e correndo. Destes 5 no ponto 1 e 12 no ponto 2. Uma pessoa portadora de necessidade especial foi contabilizada.

Gráfico 12: Fluxo de pessoas às 17h.

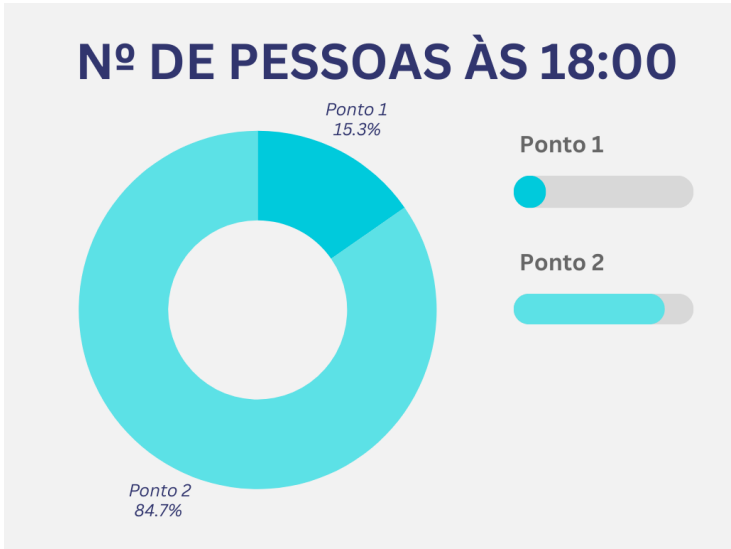


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às 17 horas, 50 pessoas foram contabilizadas no Parque das Nações Indígenas, as pessoas estavam em movimento, realizando atividades como caminhada, andando de bicicleta, corrida, brincando de corrida (crianças), andando de caiaque, passeando, travessia (cortando caminho pelo parque) e encontros no

caminho. A temperatura do dia da observação variou entre 26°C e 39°C. Dentre as pessoas observadas havia 17 pessoas no ponto 1 e 33 pessoas no ponto de observação 2.

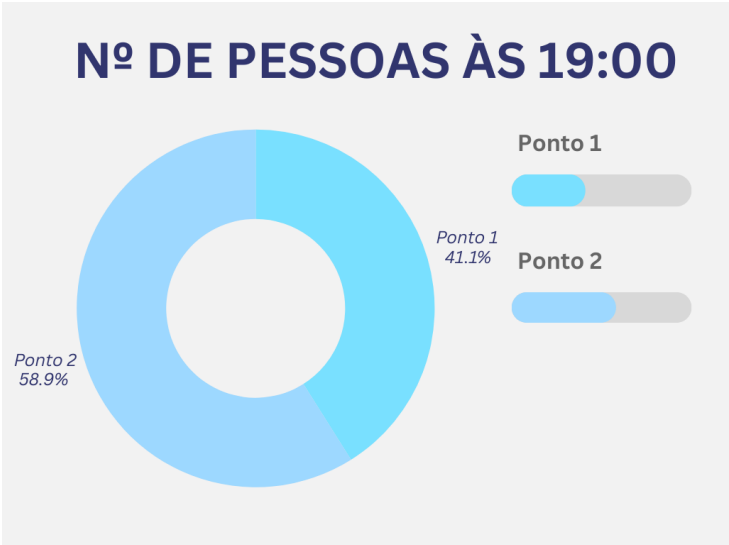
Gráfico 13: Fluxo de pessoas às 18h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No início da noite, às 18h, foram contadas 137 pessoas, podendo ser considerado o horário de pico, havia 21 pessoas no ponto de observação 1 e 116 pessoas no ponto 2. Essas pessoas estavam realizando atividades como corrida, caminhada, andando de bicicleta e caiaque, passeando, travessia (cortando caminho pelo parque). A temperatura do dia estava entre 26°C e 38°C.

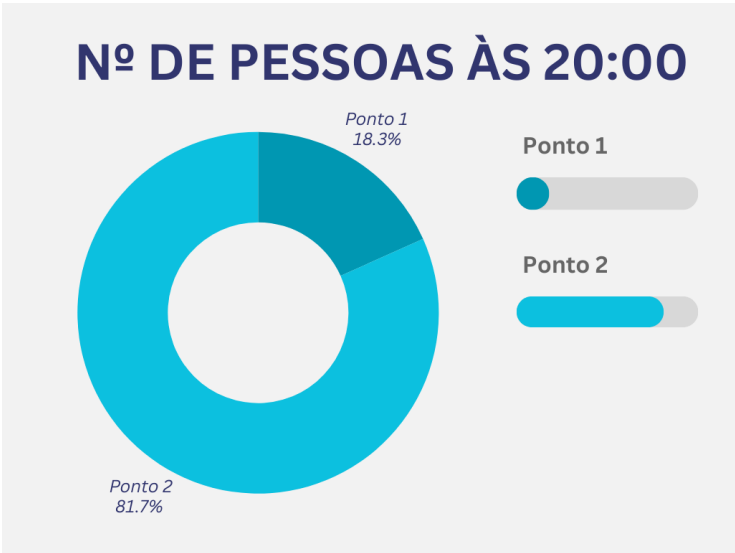
Gráfico 14: Fluxo de pessoas às 19h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Às sete horas da noite, 95 pessoas foram contabilizadas, sendo 39 pessoas no ponto 1 e 56 pessoas no ponto 2. A temperatura variava entre, 25°C e 37°C e as atividades em movimento que foram identificadas foram: caminhada, corrida, passeio, bicicleta, skate, caiaque.

Gráfico 15: Fluxo de pessoas às 20h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

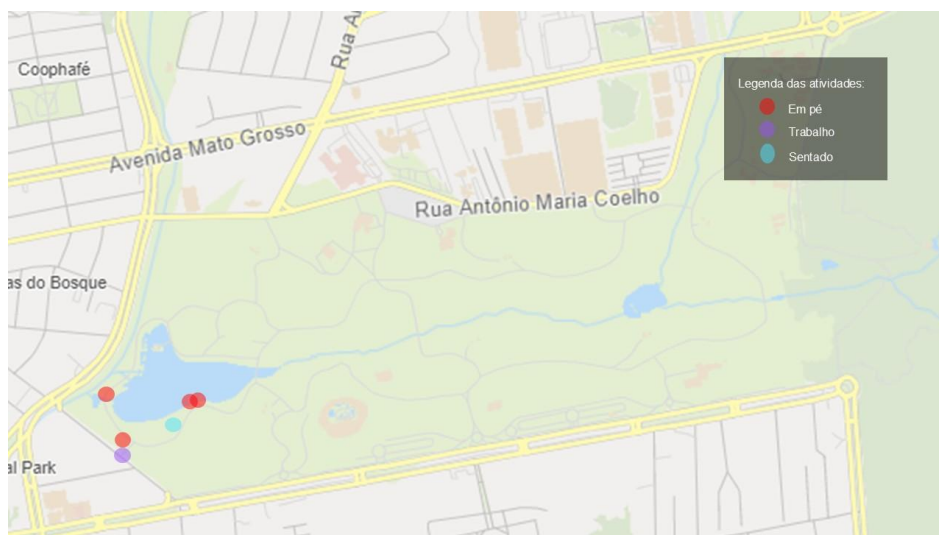
No último horário de mapeamento, às 20h, foram contabilizadas 71 pessoas, sendo 13 no ponto de observação 1 e 58 pessoas no ponto 2. Realizando atividades como andar de bicicleta, correr e caminhar. A temperatura estava entre 25°C e 37°C.

6.2 Mapeamento das atividades estacionárias

Os Mapas 4 ao 18 ilustram as atividades estacionárias mapeadas durante a caminhada de observação e esta apresentação auxilia na identificação de como a vida cotidiana se manifesta neste espaço público.

O mapeamento das atividades estacionárias foi realizado a partir de uma caminhada de observação onde a pesquisadora percorreu dois trechos pré-estabelecido, próximos aos pontos de observação estática, conforme descrito nos Mapas 1, 2 e 3 (Página 16). Os registros foram narrados em gravação e posteriormente transcritos para o diário de pesquisa para facilitar a elaboração dos mapas comportamentais apresentados abaixo.

Mapa 4: Atividades estacionárias às 6h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A observação das atividades estacionárias às 6 horas da manhã mapeou 1 pessoa meditando em frente ao lago, 2 pessoas tirando selfies no deck, 1 pessoa fotografando o sol da manhã refletindo no lago, 1 pessoa se alongando e o guarda patrimonial sentando na guarita do parque.

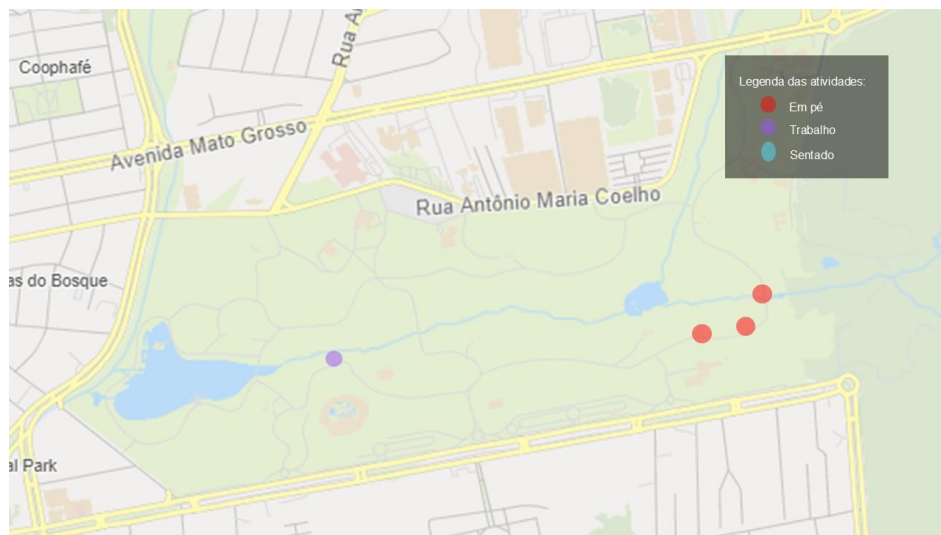
Mapa 5: Atividades estacionárias às 7h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 7 horas o mapa comportamental apresenta poucas atividades, são elas: 1 pessoa sentada na sombra mexendo no celular, 1 pessoa no deck do lago tirando foto, 1 pessoa se alongando e 1 pessoa em pé esperando.

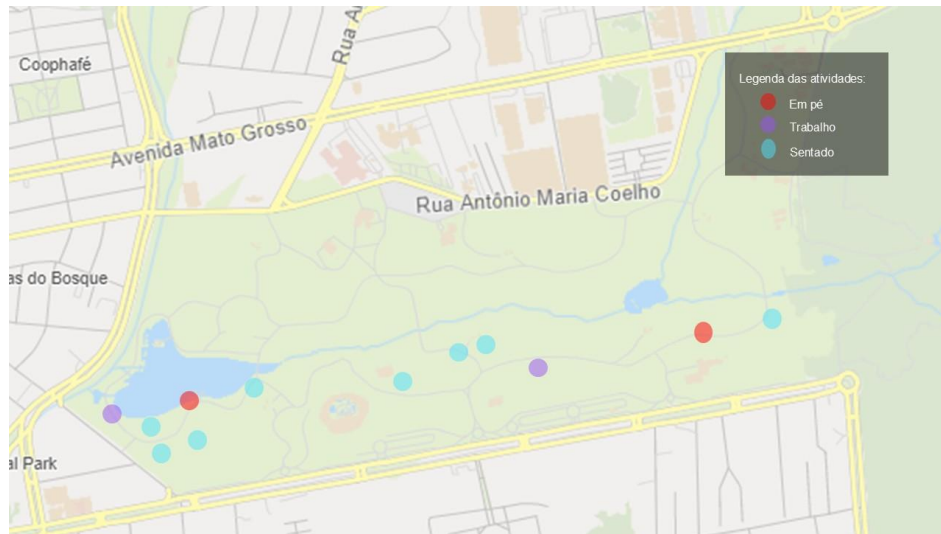
Mapa 6: Atividades estacionárias às 8h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 8 horas da manhã, portanto, poucas atividades estacionárias foram identificadas, entretanto 2 pessoas estavam paradas embaixo de uma árvore conversando, 1 pessoa sentada em uma cadeira cuidando de uma piscina cheia de peixes (guarda patrimonial do Bioparque), 2 pessoas observando um mutum (*Crax fasciolata*) e 1 pessoa tirando fotografia da paisagem.

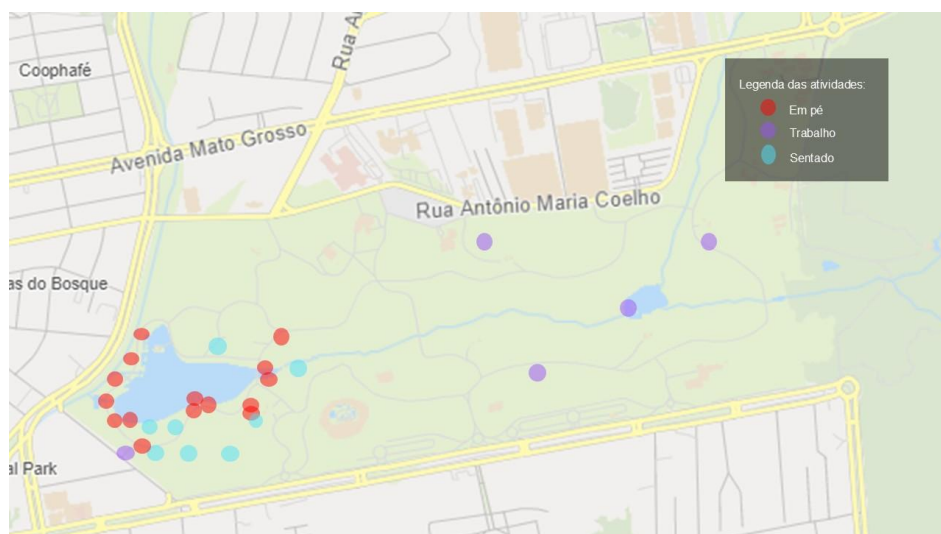
Mapa 7: Atividades estacionárias às 9h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As atividades estacionárias que foram mapeadas às 9 horas da manhã, já com a temperatura mais elevada as atividades estáticas começam a ganhar maior pluralidade, pausas para falar ao celular, pais aguardando enquanto suas crianças no brincavam parquinho, leituras no gramado, pessoas meditando, conversando e observando os ipês. Além disso, também foi observado atividades de trabalho, uma equipe de televisão estava no local, filmando. Chamou a atenção uma observação de um casal coletando sementes à sombra de uma árvore.

Mapa 8: Atividades estacionárias às 10h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No Mapa 6, onde estão representadas as atividades estacionárias registradas às 10 horas da manhã, observa-se uma diferença de atividades distribuídas ao longo do parque, isso deve-se ao fato das observações terem acontecido em dias alternados, já que o ponto 2 foi mapeado em um sábado (final de semana) e o ponto 1 em uma terça-feira (dia de semana comum). Posto isso, apresentam-se as atividades identificadas: atividades de manutenção e limpeza do parque foram identificadas em maior fluxo na observação durante a semana. Já no final de semana (sábado) o mapeamento registrou atividades como leitura, meditação, pessoas apenas observando a paisagem, pessoas pegando água nos pontos com torneiras de hidratação, tomando Tereré, pessoas tirando foto, fazendo piquenique e descansando. Uma família alimentando os patos a beira do lago. Um registro inesperado foi uma criança, que estava com sua avó observando os pássaros e que se assustou com os quero-queros (*Vanellus chilensis*) durante seus habituais voos rasantes sobre as pessoas.

Mapa 9: Atividades estacionárias às 11h.

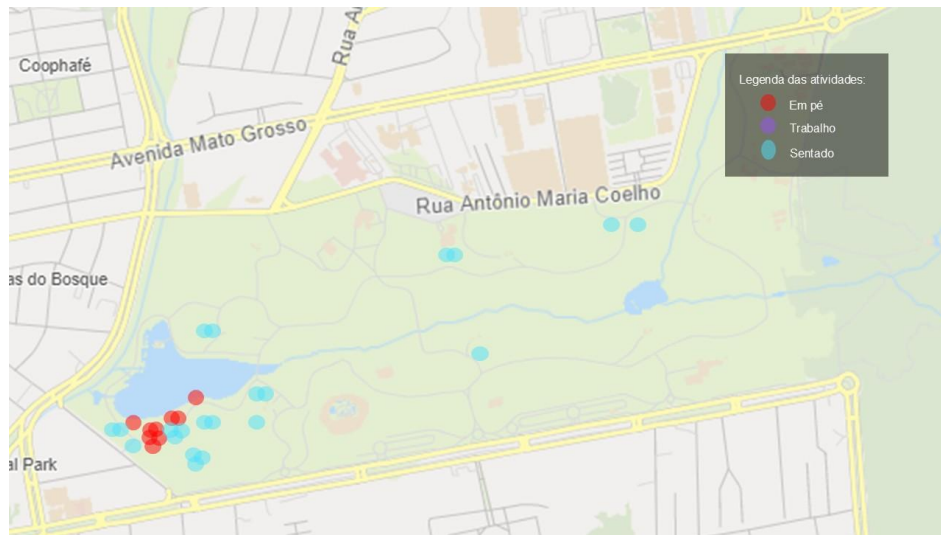


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No mapeamento realizado às 11 horas, com um clima severo pela seca e alta quantidade de fumaça no ar, as atividades estacionárias identificadas foram: 2 pessoas tirando fotos de um ipê rosa, 2 pessoas deitadas no gramado, 1 pessoa sentada embaixo de uma árvore e no celular, 2 pessoas paradas na ponte observando a queda d'água, 1 pessoa sentada em um banco e tomando água, 2 pessoas fazendo um piquenique, crianças brincando na areia do parquinho, duas pessoas conversando, 3 pessoas fotografando, 2 pessoas admirando as capivaras se

banhando no lago, 2 pessoas brincando de bola, 2 pessoas descansando do pedal na sombra de uma árvore, uma família tomando Tereré sentado no gramado, e o guarda patrimonial sentado na entrada do parque.

Mapa 10: Atividades estacionárias às 12h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A observação das atividades estacionárias ao meio dia teve destaque para as atividades em posição sentada e identificou as seguintes práticas: 1 pessoa almoçando, 2 pessoas sentadas embaixo de uma árvores conversando, 1 pessoa sentada falando no celular, 1 pessoa deitada no banco fazendo uma ciesta, 1 pessoa tirando foto no deck, 1 pessoa trabalhando na montagem de uma tenda, 2 pessoas ouvindo música e fazendo piquenique e 2 pessoas deitadas no gramado embaixo de uma árvore.

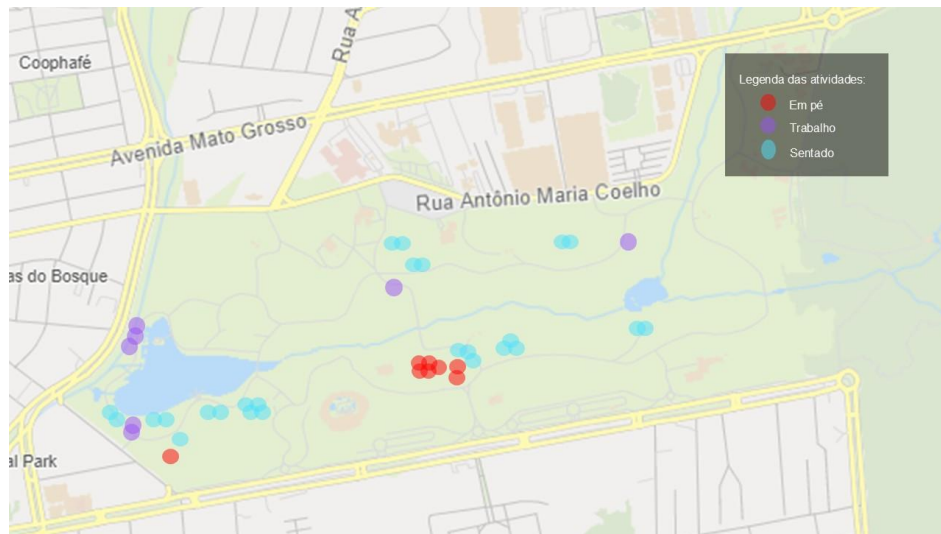
Mapa 11: Atividades estacionárias às 13h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 13 horas o mapa comportamental apresenta as seguintes atividades estacionárias: 1 pessoa trabalhando no leito do córrego, 4 pessoas sentadas embaixo de uma árvore conversando, 3 pessoas fazendo piquenique, 3 pessoas tirando fotos de um tatu e a equipe de manutenção do parque recolhendo galhos secos do gramado. Havia também uma família tomando Tereré no parquinho enquanto as crianças estavam brincando, 6 pessoas montando uma festa de aniversário que seria um piquenique, 4 pessoas tirando foto no monumento “Cavaleiro Guaicuru”, 2 pessoas observando a queda d’água, 1 família fazendo piquenique, 4 pessoas tomando água de coco em pé de frente para o lago, 1 pessoa sentada no banco e mexendo no celular, 4 pessoas sentadas no banco de frente para a entrada do parque, 5 pessoas em pé esperando.

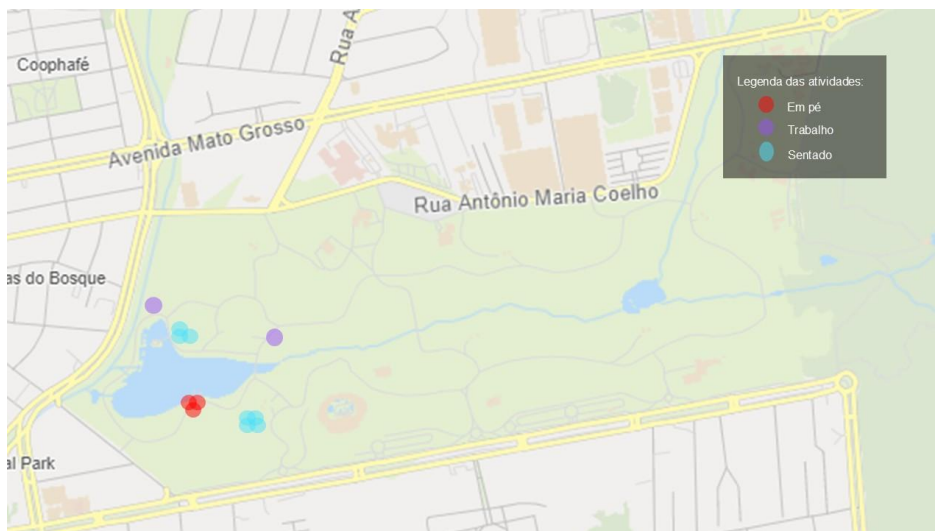
Mapa 12 - Atividades estacionárias às 14h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As atividades estacionárias que foram mapeadas às 14 horas foram: 1 pessoa trabalhando, 2 pessoas sentadas e olhando para o lago, 2 pessoas deitadas no gramado, 3 pessoas esperando as crianças que estavam brincando no parquinho, 3 pessoas trabalhando de guarda patrimonial, 2 pessoas conversando, 3 grupos de escoteiros sentados no gramado em roda de conversa e os pais sentados nos bancos do parquinho esperando, 4 pessoas fazendo piquenique sentados na mesa do parquinho, 2 pessoas sentadas no banco tomando Tereré, 1 família sentados tomando água de coco, 2 pessoas sentadas conversando, trabalhadores do parque fazendo a manutenção do gramado, 2 guardas patrimoniais sentados na guarita, 1 pessoa sentada observando o lago e 1 pessoa em pé escorada em uma árvore esperando.

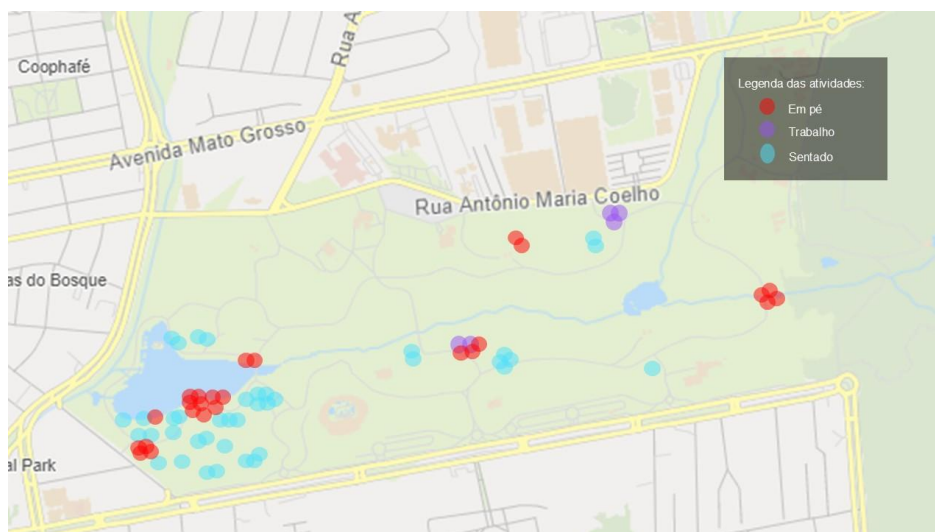
Mapa 13 - Atividades estacionárias às 15h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 15 horas as atividades estacionárias mapeadas foram: Uma família tirando foto no deck, 1 funcionário fazendo a manutenção do gramado do parque, 3 pessoas sentadas conversando, 1 funcionário do parque sentado esperando, 4 pessoas fazendo piquenique.

Mapa 14 - Atividades estacionárias às 16h.

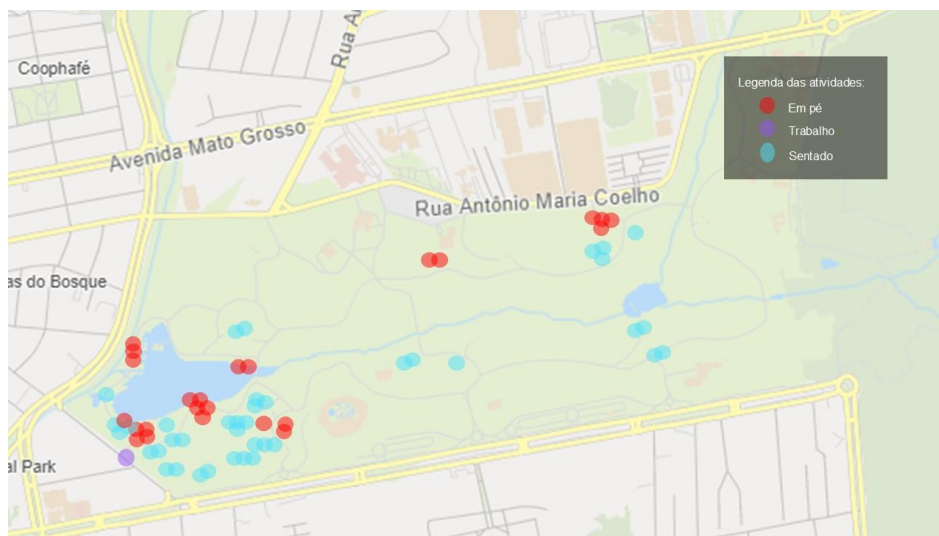


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No mapeamento realizado às 16h foram identificadas as seguintes atividades estacionárias: 2 pessoas paradas na ponte fotografando, 3 profissionais da equoterapia com 1 criança no cavalo, 2 pessoas brincando na areia, 2 pessoas tirando foto do pôr do sol, 2 pessoas fazendo piquenique, um grupo com equipamento de

filmagem e uma arara de figurinos fotografando e filmando, 4 pessoas na mesa do parquinho observando, 1 pessoa sentada esperando, 2 pessoas observando a água, 3 pessoas sentadas bebendo e fumando, 2 pessoas paradas no deck em pé observando, 1 pessoa deitada no banco, 3 pessoas olhando o relógio solar da energisa, 1 família no banco do parquinho com as crianças brincando, 1 pessoa fazendo Piquenique, 2 pessoas em pé conversando, 2 pessoas sentadas no deck do monumento “Cavaleiro Guaicuru” conversando, 1 pessoa se preparando para entrar no caiaque, 1 pessoa em pé segurando os equipamentos do caiaque, 1 pessoa observando o lago, 1 pessoa sentada no gramado e lendo um livro, 1 pessoa sentada no banco tomando água de coco, 1 pessoa preparando os equipamentos de um drone, 4 pessoas em pé conversando, 3 pessoas no gramado conversando, 1 pessoa com sua bicicleta descansando embaixo de uma árvore, 2 pessoas deitadas no gramado mexendo no celular, 3 pessoas tirando fotos o deck, 2 pessoas “produzindo conteúdo” no deck e 2 pessoas também produzindo conteúdo fantasiados, cantando e fazendo malabarismos no deck.

Mapa 15 - Atividades estacionárias às 17h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 17h as atividades estacionárias mapeadas foram: 1 pessoa sentada no banco observando as crianças brincarem no parquinho, 4 pessoas em pé conversando, 3 pessoas sentadas no gramado tomando Tereré, 2 pessoas sentadas no meio fio conversando, 4 pessoas colhendo jaca, 2 pessoas deitadas na grama, 1 pessoa sentada falando no celular, 2 pessoas sentadas conversando, 3 pessoas sentadas na grama conversando, 5 pessoas sentada na mesa do parquinho

conversando, 2 pessoas sentados na grama fazendo piquenique, 2 pessoas na margem do lago observando os peixes, 5 pessoas no deck tirando foto, 1 pessoa sentada com bicicleta descansando, 2 pessoas sentadas no gramado tomando Tereré, 5 pessoas observando as aves “quero-quero”, 1 pessoa sentada no banco esperando, 2 pessoas sentadas no banco olhando o celular, 1 pessoa sentada filmando uma criança correndo atrás das garças, 2 pessoas descansando, 1 guarda patrimonial sentado na guarita, 2 pessoas sentadas lendo livro.

Mapa 16 - Atividades estacionárias às 18h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No Mapa 14 é possível visualizar as atividades estacionárias identificadas foram: 2 pessoas sentadas conversando, 1 pessoa em pé falando no celular, 2 pessoas sentadas conversando, 2 pessoas fazendo piquenique, 5 pessoas tirando foto e tomando Tereré, 1 pessoas observando o lago, 2 pessoas sentadas na mesa do parquinho esperando as crianças, 3 pessoas observando as araras que estavam em uma árvores comendo frutos, 2 pessoas sentadas conversando, 2 pessoas sentadas no gramado, 2 pessoas sentadas no meio fio observando as outras pessoas se exercitando, 8 pessoas fazendo piquenique (festa de aniversário), 1 pessoa meditando, 2 pessoas conversando, 2 pessoas tirando fotos de um ipê amarelo, 3 pessoas sentadas e mexendo no celular, 1 guarda patrimonial sentado na guarita, 2 pessoas deitadas em um banco, 2 pessoas descansando, 1 pessoa meditando, 5 pessoas tirando foto no monumento “Cavaleiro Guaicuru”.

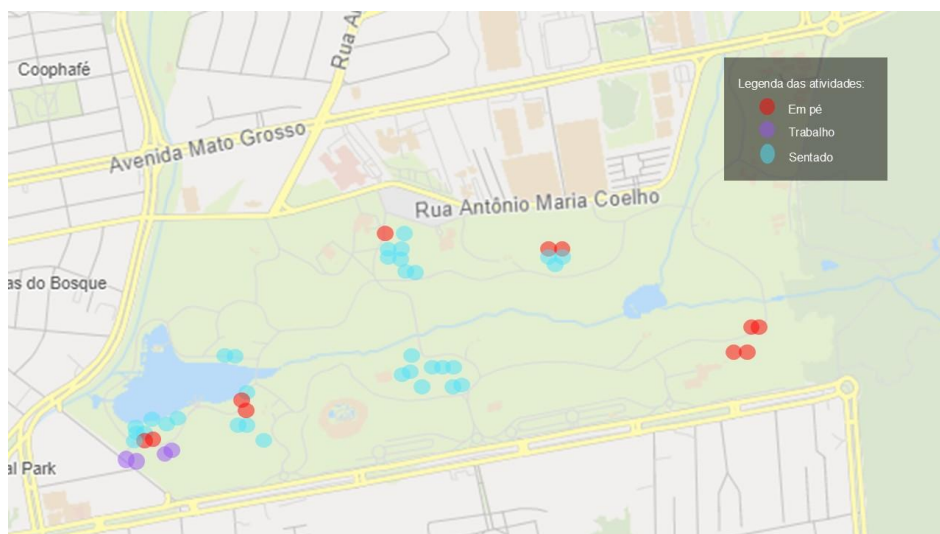
Mapa 17 - Atividades estacionárias às 19h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Às 19h as atividades estacionárias mapeadas apresentam práticas como: Pessoas fazendo piquenique, conversando no gramado, meditando, pais sentados no parquinho esperando as crianças, 3 pessoas tirando fotos de um tatu, 3 pessoas tirando fotos no deck, 2 pessoas deitadas no gramado, 1 pessoas sentada em frente ao lago cantando, 1 pessoa se alongando, pessoas no celular, um grupo de corrida em uma roda recebendo instruções, 1 pessoa parada com sua bicicleta olhando o celular, 1 pessoa tomando Tereré, 1 pessoa sentada olhando para o lago, 3 pessoas no deck tirando fotos. Observa-se neste horário uma maior ocupação ao redor do monumento zarabatana.

Mapa 18 - Atividades estacionárias às 20h.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No último mapa as atividades estacionárias observadas às 20h são: Pessoas assistindo as outras andando de skate, fazendo piquenique, conversando, observando, 2 pessoas sentadas observando as capivaras, pessoas tirando fotos da árvores ipê branco, 2 pessoas paradas observando tatu, 1 pessoa sentada na frente do lago cantando, 1 pessoa sentada falando no celular, 1 pessoa tomando água na torneira do parque, 2 pessoas sentadas conversando, 2 pessoas deitadas no gramado, 1 pessoa sentada na margem do lago organizando equipamentos do caiaque, um grupo de corrida sentados e em pé se hidratando e comendo frutas, grupo de fotógrafos registrando os praticantes de corrida, 2 guardas patrimoniais sentados na guarita. Observa-se neste horário também há uma maior ocupação ao redor do monumento zarabatana.

É imprescindível destacar a interação das pessoas com os símbolos na territorialidade do Parque das Nações Indígenas de maneira mais pontual, sendo assim o Gráfico 16 expõe a proporção entre os símbolos e a frequência de visualização durante o período de pesquisa de campo.

Gráfico 16: Proporção das interações com os símbolos mapeadas no território do Parque das Nações Indígenas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Sugere-se que a capivara é destacada devido à sua grande população e ampla distribuição dentro do território. O Tereré é o segundo em destaque por ser uma atividade estática. Os ipês também são estáticos, mas têm a característica de serem

sazonais. As araras, por sua vez, são mais difíceis de serem registradas por se movimentarem muito.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o objetivo de avaliar os resultados sob a perspectiva do objeto desta pesquisa de doutorado, foram elaborados alguns gráficos que permitem uma visão total da vida cotidiana do território estudado, seguindo a abordagem de Severino (2007), que enfatiza que a discussão dos resultados possibilita uma melhor compreensão do fenômeno investigado.

Notadamente com os resultados apresentados verificamos que a pesquisa de campo trouxe uma luz para entender o cotidiano do Parque das Nações Indígenas e assim possibilitou o entendimento de que estudar a vida diária de um espaço público requer sensibilidade e atenção, essa necessidade é reforçada por Jane Jacobs (1961) ao solicitar aos pesquisadores da vida urbana: “Por favor, observe com cuidado as cidades reais. Enquanto você está olhando, pode também ouvir, demorar-se e pensar no que está vendo”.

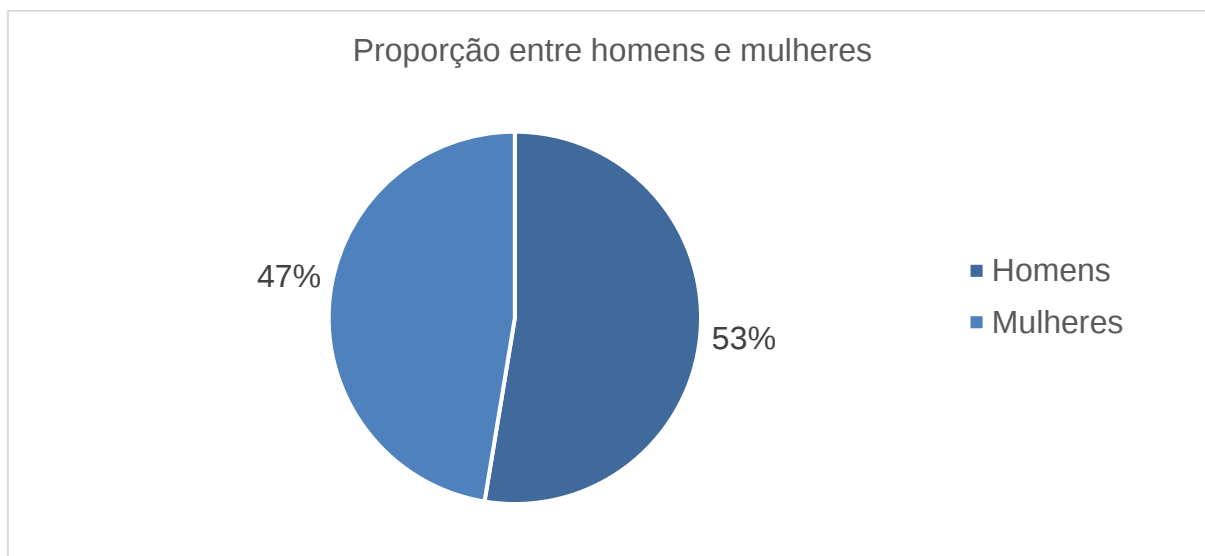
Os dados foram levantados com cuidado, observando um cotidiano real e pensando no que o lugar estava apresentando à pesquisa sem interferência da pesquisadora no território. Com isso foram identificadas práticas de atividades físicas como a corrida e a caminhada, mas também outros comportamentos saudáveis como leitura, alongamento e hidratação, esses hábitos podem ser interpretados como manifestações de valores patrimoniais sociais e naturais, conforme os princípios do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e as diretrizes da Carta de Burra (2013), já que demonstram que o território não é apenas um espaço físico, mas também um ambiente que favorece a interação humana, o bem-estar e a interação com a natureza.

Um dos pontos mais importantes é o valor social e identitário do território. Quando essas práticas são adotadas no espaço público, elas criam um forte sentimento de pertencimento da comunidade com o lugar, fortalecendo a identidade coletiva. Além disso, o uso contínuo do território para atividades saudáveis reforça o vínculo afetivo das pessoas com o ambiente, tornando-o especial e significativo para a população (IUCN, 2002).

Os campo-grandenses mencionaram em pesquisa anterior quais eram os seus símbolos (conforme descrito anteriormente), sendo assim, o que se apresenta é o cotidiano do território onde os símbolos estão inseridos. Como primeiro entendimento

o Gráfico 17 ilustra a proporção entre homens e mulheres que foram contabilizados no período da observação, ou seja, das 6h às 20h e traça um perfil.

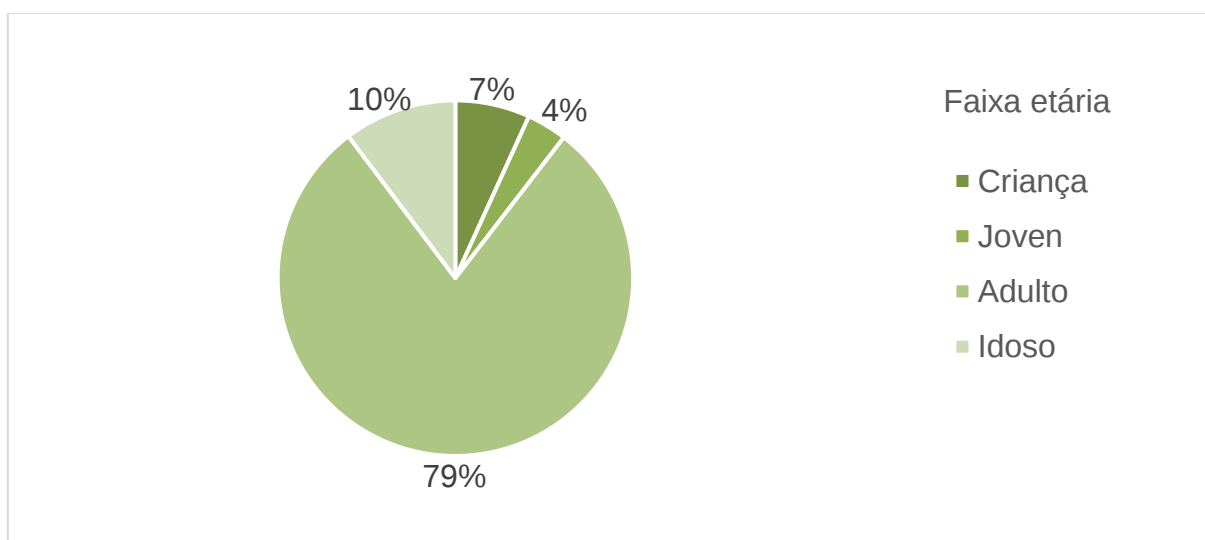
Gráfico 17: Proporção entre os grupos identificados no período de observação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A diferença entre mulheres e homens é de apenas 6%, entretanto há uma estreita maioria de homens presentes no Parque das Nações Indígenas nos momentos da coleta de dados. O Gráfico 18 apresenta dados que podem confirmar que dentro do escopo de faixa etária, em maior percentual encontravam-se a população adulta, em 79%, seguindo dos idosos representados em 10% das pessoas observadas.

Gráfico 18: Proporção entre faixa etária das pessoas contabilizadas no período de observação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Trazendo a discussão para as atividades que foram identificadas durante o período de observação, pode-se visualizar no Gráfico 19 a evolução das pessoas que estavam em movimento por hora e logo em seguida a mesma análise com relação às pessoas que se encontravam em atividades estacionárias no Gráfico 20.

Gráfico 19: Pessoas em movimento por hora de observação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

É observável que o maior número de pessoas foi registrado entre 18h e 19h, considerando que o período de observação ocorreu na época de seca no estado de Mato Grosso do Sul. Isso sugere que as atividades ao ar livre tendem a ocorrer após o pôr do sol. Embora esses dados possam indicar um padrão de comportamento dos moradores de Campo Grande-MS.

Gráfico 20: Pessoas em atividade estacionária por hora de observação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As atividades estacionárias aparecem em um gráfico mais dinâmico devido ao conforto de serem realizadas independentemente da incidência solar. Elas podem ser feitas perfeitamente à sombra ou ao ar livre em momentos de sol mais ameno ou na sua ausência. Entretanto, observa-se que, entre 18h e 19h, o triângulo do gráfico se inverte em comparação com as atividades em movimento, sugerindo que este é o horário preferido para a realização de atividades que exigem movimentação do corpo.

Com a intenção de facilitar a visualização de quais atividades foram identificadas e tabuladas, duas nuvens de palavras foram elaboradas (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Atividades em movimento mapeadas pela observação.

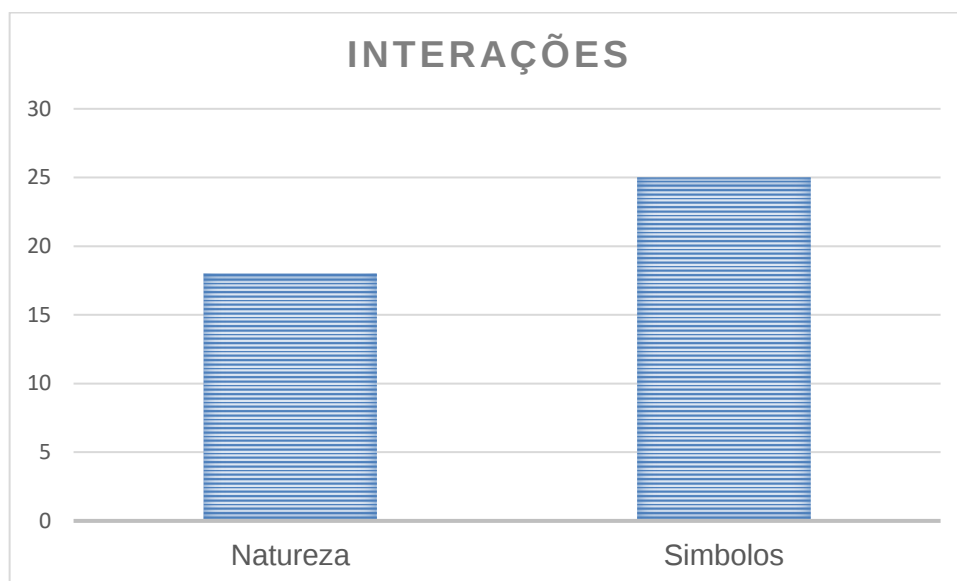


Fonte: Imagem gerada por inteligência artificial, 2025.

De fato, a corrida e a caminhada foram as atividades mais observadas, presentes em todos os grupos e faixas etárias. Assim, o espaço público cumpre sua função ao permitir diversas outras atividades, sejam elas de cunho aeróbico ou de descanso.

A prática de atividades ao ar livre retrata o elo entre a comunidade e o meio ambiente. A presença de pessoas realizando exercícios físicos, meditando ou lendo em espaços públicos evidencia a importância destes territórios para o bem-estar da população.

Gráfico 21: Interações com os símbolos x interações com a natureza.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Diante do exposto, é possível identificar a intensa interação dos indivíduos com os símbolos presentes no Parque das Nações Indígenas. Ao identificar e mapear as atividades realizadas, observou-se o vínculo existente entre a população e as araras, capivaras, árvores ipês e o Tereré. Este vínculo não apenas reforça o sentimento de pertencimento e identidade local, mas também ressalta a importância de preservar e promover esses patrimônios coletivos presentes no PNI, a fim de garantir a conexão do campo-grandense com sua identidade.

A valorização da identidade local desempenha um papel essencial no desenvolvimento local, pois fortalece o sentimento de pertença da comunidade, impulsiona a economia e promove a proteção do território. Quando os elementos culturais, históricos e ambientais de um lugar são reconhecidos, valorizados e preservados, criam-se oportunidades para o turismo, o empreendedorismo e a geração de emprego, estimulando a economia local. Dessa forma, cria-se um ambiente favorável ao crescimento econômico, à inclusão social e à conservação do patrimônio, garantindo benefícios duradouros para a população e para as futuras gerações.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a vida cotidiana dentro do território de um parque urbano foi possível constatar que o Parque das Nações Indígenas (PNI) cumpre com suas funções sociais, ambientais e recreativas. O PNI, tratou-se de um meio para a pesquisa por possuir em seu território todos os elementos que se tinha interesse e não como objeto da pesquisa, ou seja, o foco principal desta tese não se trata do parque urbano em si e sim dos elementos que ele contém.

Entretanto é importante destacar que o fato de o maior parque urbano de Campo Grande – MS apresentar as características marcantes e próprias não apenas com relação aos símbolos estudados, mas também que possibilite ao habitante a prática de suas atividades físicas, a oportunidade de ter um momento de contemplação com a natureza além de facilitar o acesso a história e a cultura não apenas do município como também do estado de Mato Grosso do Sul por meio dos Museus como o MARCO e o Museu das Culturas Dom Bosco (museu do índio), permitiu com que os dados fossem coletados de maneira satisfatória.

A pesquisa em tela permitiu compreender a importância dos comportamentos saudáveis observados no território do PNI como manifestações de valores patrimoniais sociais e naturais. Através da observação do cotidiano local, foi possível identificar que práticas como corrida, caminhada, leitura, alongamento e hidratação não apenas contribuem para o bem-estar da população, mas também reforçam a relação das pessoas com o espaço e com os símbolos estudados, promovendo um sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

O vínculo entre os indivíduos e os símbolos presentes no território (arara, capivara, árvore ipê e Tereré) destaca a relevância da preservação desses elementos para a valorização do patrimônio cultural e natural. A partir da interação cotidiana, esses símbolos se tornam referências que fortalecem a memória coletiva e a experiência comunitária, consolidando o território como um espaço de significação e reconhecimento social.

Além disso, os resultados indicam que a valorização da identidade local pode desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento sustentável do território. O reconhecimento e a proteção dos elementos culturais e ambientais geram impactos positivos na economia local e impulsionam o turismo. Dessa forma, a conexão entre

identidade, patrimônio e desenvolvimento local reforça a necessidade de políticas e ações que incentivem a preservação do espaço, garantindo benefícios duradouros para a população e para as futuras gerações.

No que concerne a metodologia aplicada embora apresente uma dinâmica simples, a sua aplicação exige sensibilidade por parte do pesquisador já que requer atenção especial, por se tratar de um espaço urbano, um território em movimento. Desse modo, exigiu olhar com cuidado a vida cotidiana do campo-grandense dentro do território do PNI para possibilitar a extração dos dados que foram apresentados no decorrer desta tese.

A investigação da relação entre os símbolos escolhidos pela população de Campo Grande – MS como seus patrimônios culturais e as pessoas que estavam no território estudado durante as observações traz luz ao quanto o campo-grandense se relaciona com a natureza existente no PNI. As características da capital do estado de Mato Grosso do Sul contribuem para essa interação já que é parte do cotidiano da cidade ver em meio ao caos urbano araras voando, capivaras atravessando a rua, pessoas tomando o seu Tereré nas calçadas das casas e ainda ter um inverno cheio de cor com as florações das árvores ipês.

Tudo isso, foi ratificado durante a pesquisa considerando que 55% das interações contabilizadas, diziam respeito aos símbolos estudados. As pessoas observadas no PNI param as suas atividades para observar e fotografar os símbolos, prática que algumas vezes ultrapassam a distância de segurança da observação para uma tentativa de toque, o que pode resultar em consequências negativas, já que estamos falando em maioria de animais silvestres.

Cabe aqui ressaltar que a relação dos frequentadores do PNI com os animais silvestres existentes no território, principalmente quando se diz respeito as capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), interagir tocando nos animais, não é recomendado por várias razões. Primeiramente, essas capivaras são animais silvestres e, embora possam parecer amigáveis, a presença humana pode gerar uma reação de estresse no animal, o que pode levar a comportamentos defensivos com risco de mordidas ou ferimentos, que também podem resultar em infecções. Além disso, o contato físico pode transmitir doenças tanto para os animais quanto para os humanos, uma vez que capivaras podem ser portadoras de parasitas e patógenos. Outro ponto importante é que a interação humana pode interferir no comportamento natural das capivaras, prejudicando sua adaptação ao ambiente e sua capacidade de se alimentar e de se

deslocar. Portanto, é fundamental respeitar a vida selvagem e observar esses animais à distância, garantindo sua segurança e bem-estar.

Diante da necessidade em olhar e debater questões ambientais e o cumprimento da agenda da ONU para 2030, não é possível deixar de mencionar que esta pesquisa contribui para a discussão do ODS 11, que visa tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis, inclusivas, seguras e resilientes. O uso sustentável do patrimônio cultural desempenha um papel importante neste objetivo que traz em sua meta 11.4 a busca por fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo, sendo assim esse estudo contribui não só para a identificação da identidade local, valorizando o sentimento de pertencimento do campo-grandense como também apresenta insights para o poder público no que diz respeito ao incentivo e promoção do turismo sustentável e da economia local.

A contribuição exposta para a Agenda 2030 da ONU impacta também o desenvolvimento local, pois o PNI por proporcionar à população um espaço livre onde é possível praticar atividades físicas, culturais e outros hábitos saudáveis, possibilita também a atividade pequenos comerciantes que veem no fluxo de pessoas uma oportunidade de clientela. De fato, na calçada do parque (lado externo) foi visualizado ao longo do período de observação que existe um comércio local principalmente do setor alimentício, mas que também apresenta comerciantes de outros produtos, principalmente nos horários com maior fluxo de pessoas.

É válido ressaltar que no interior do PNI não existe nenhum empreendimento de serviço ao usuário, estando restrito apenas à infraestrutura disponibilizada pela administração do parque que são os pontos de hidratação, banheiros e segurança patrimonial, este último exercendo também a função de orientação ao visitante quando consultado. Ademais, dentro do parque existe uma prática comercial, esta, voltada para o esporte, pois o local é utilizado por grupos particulares de corrida e caiaque para seus treinamentos.

Em resposta à pergunta inicial “Como os moradores de Campo Grande/MS interagem com os símbolos tangíveis eleitos como patrimônio cultural da cidade e se identificam com eles neste processo?” foi possível constatar que é por meio de uma pausa na correria do cotidiano para olhar uma capivara se deslocando, uma arara que passa voando e vocalizando, parar para tomar uma “cuiada” de Tereré enquanto conversa com vizinho, por desviar o caminho para fotografar o ipê que floriu de um dia

para o outro. Todos esses fatores levam a considerar que existe um senso de identidade local.

O reconhecimento do campo-grandense por seus símbolos está em registrar o avistamento dos símbolos por meio da fotografia, uma maneira de eternizar a interação com a arara, com a capivara, com a árvore ipê e com o Tereré. No território do PNI é possível não apenas capturar o momento de vivência com os símbolos, mas também realizar atividade física e outras práticas saudáveis como ler um livro ao ar livre, alongar-se ou simplesmente contemplar a paisagem.

Considerando que em um parque urbano, como é o caso do Parque das Nações Indígenas, existe uma coexistência entre o patrimônio cultura e natural, é de suma importância que haja políticas públicas que integre a valorização e a preservação do território. A proteção do patrimônio cultural deve ir além da conservação material, deve considerar a memória coletiva, os saberes locais e a promoção de ações que sensibilize a população na participação deste processo de gerenciamento. O uso recreativo deve ser coerente com a sustentabilidade ambiental, sendo assim as políticas públicas devem contemplar educação ambiental e patrimonial, com abordagens interdisciplinares entre o turismo, a cultura, o meio ambiente e o urbanismo.

Ao longo da pesquisa, foi identificado um fator que pode suscitar dúvidas e talvez represente uma contribuição desta tese para futuras pesquisas no território do PNI. Durante as trinta horas de observação e os 63,45 km percorridos, apenas duas pessoas com deficiência foram visualizadas. Embora esse não seja o foco da pesquisa, a pesquisadora foi sensibilizada por ser um dado no mínimo curioso e requer um olhar mais aprofundado para o entendimento.

Além disso, futuras pesquisas podem ajudar a entender as dinâmicas socioculturais e ambientais dos parques urbanos com patrimônios culturais. É essencial investigar como diferentes grupos sociais percebem e utilizam esses espaços. Estudos de caso podem revelar boas práticas de gestão e fragilidades das políticas públicas. Métodos participativos podem construir modelos de governança inclusivos, sensibilizando comunidades locais para a preservação do patrimônio e promovendo a participação ativa da população.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário *et al.* **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP7A, 2003.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AQUELE MATO. **A origem do tereré em Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://aquelemato.org/blog/a-origem-do-terere-em-mato-grosso-do-sul/?form=MG0AV3>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ARQBRASIL. **Jan Gehl**. Disponível em: <<https://arqbrasil.com.br/348/cidade/#:~:text=Hoje%20consagrado%2C%20Gehl%20%C3%A9%20reconhecido,encontrar%2Dse%20com%20outras%20pessoas>>. Acesso em 3 jul. 2023.

ÁVILA, Vicente Fideles de. (Coord.) **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.

BRAND, Antônio; MARINHO, Marcelo; LIMA, Vanusa Ribeiro de. **História, identidade e desenvolvimento local: Questões e conceitos**. História & Perspectiva, Uberlândia, v. 36/37, p. 363-388, jan./dez., 2007.

CAMPO GRANDE. **Campo Grande é declarada capital do turismo de observação de aves**. 2023. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/campo-grande-e-declarada-capital-do-turismo-de-observacao-de-aves/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CASTILHO, Maria Augusta; SANTOS, Maria Cristina de Lima Félix. **Catálogo Patrimônio Histórico e Cultural de MS**. Campo Grande - MS: Life editora, 2016.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimonio**. Tradução de Luciani Vieira Machado. 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

CHUVA, Márcia (org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012, 450 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em 19 out. 2024.

CIRAD-SAR. **Systemes agro-alimentaires localisés: organisations, innovations et développement local**. Montpellier, França, 1996. (Cirad-Sar, 134/96).

CLAXTON, M. **Cultura y desarrollo: estudio**. Paris: UNESCO, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COSTA, António Firmino da. **Identidades sociais:** diferenças, pluralismo e desigualdades. In: COSTA, António Firmino da (Org.). Sociedade portuguesa: identidades e diversidades. Lisboa: Celta Editora, 1999. p. 23–45.

DA SILVA MELO, Marta Regina *et al.* **Parque das Nações Indígenas:** área de interesse turístico, qualidade de vida e lazer na cidade de Campo Grande – MS. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 3, n. 2, 2015.

DI MEO, G. **L'identité:** une médiation essentielle du rapport espace/ société. In: *Géocarrefour*, vol. 77, n°2, 2002. pp. 175- 184.

DI MEO, G. **Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle.** IN Methodes et Enjeux Spaciaux, Espaces et Sociétés (n. 78). Paris: L'Harmatan, 1995, p. 15-34.

DI MEO, G. **Géographies tranquilles du quotidien.** Cahiers de Géographie du Québec. Volume 43, n° 118, avril 1999. Pages 75-93.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEDERASUL. **Escultura Heróis Voluntários.** Disponível em: <<https://www.abcm.com.br/brasil/rio-grande-do-sul/como-e-a-escultura-em-homenagem-aos-herois-voluntarios-da-enchente-no-rs/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERNANDES, Hélènémarie Dias. **A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá-MS no contexto do desenvolvimento Local.** 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

FLAVIO ANDRE/MTur. **Monumento ao índio zarabatana.** Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/turismo/parque-das-nacoes-indigenas-destino-turistico-multicultural/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. Annablume, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 77 p.

GEHL, Jan. **Vida nas cidades:** como estudar / Jan Gehl, Birgitte Svarre; tradução Anita Di Marco. – 1ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** S. P: Atlas, 2008.

GIRALDELLI, Gisseli. **Campo Grande também conhecida como cidade árvore do mundo ganha tom colorido com floração dos ipês.** Disponível em: <<http://campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/campo-grande-tambem-conhecida-como-cidade-arvore-do-mundo-ganha-tom-colorido-com-floracao-dos-ipes/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GIUSTI, Ricardo. **Monumento ao Voluntário Anônimo.** Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/monumento-ao->>

volunt%C3%A1rio-an%C3%B4nimo-%C3%A9-inaugurado-no-pontal-shopping-1.1557890>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Y. F. **Patrimônio Arquitetônico**: conceitos contemporâneos, políticas públicas e TICs. *Disegnarecon. Documentazione e Conservazione Del Patrimonio architettonico e Urbano, Doco* 2012.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização**: entre as redes e o território de exclusão. In: CASTRO, I. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro; 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

ICOMOS. **The Burra Charter**. Burra: Australia ICOMOS, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

IMASUL. **Cavaleiro Guaicuru**. Disponível em: <<https://www.imasul.ms.gov.br/imasul-retoma-construcao-de-passarela-no-lago-do-parque-das-nacoes-indigenas/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

IMASUL. **Mapa Parque das Nações Indígenas Ilustrado**. Disponível em: <<https://www.imasul.ms.gov.br/imasul-retoma-construcao-de-passarela-no-lago-do-parque-das-nacoes-indigenas/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

INSTITUTO ARARA AZUL. **Adote um filhote**. s/d. Disponível em: <<https://www.institutoararaazul.org.br/adote-um-filhote/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Programa de Especialização em Patrimônio** – Artigos (2005 e 2006). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009. 408p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_3.pdf>. Acesso em 10 ago. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Acervos e Publicações**. © 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617#:~:text=As%20Cartas%20Patrimoniais%20comp%C3%B5em%20outro,%C3%A9pocas%20e%20partes%20do%20mundo>>. Acesso em 1 out. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 2.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Desafios de um Processo em Construção. Editora IICA (Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura). 1998.

LACERDA, N. **Valores dos bens patrimoniais**. In: Plano de Gestão da conservação: gestão e métodos. Orgs Norma Lacerda e Silvio Mendes Zancheti. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2012. p. 45-57.

LANDEL, P.A & SENIL, N. **Patrimoine et territoire: les nouvelles ressources du développement**. In *Développement durable et territoires* [En ligne], Dossier 12 | 2009.

LE BOURLEGAT, C. A. **Ordem local como força interna de desenvolvimento**. Revista Interações, n.1, p. 13-20, set. 2000.

LE GOOF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCHESE, Gabriel. **Foto aérea PNI**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/turismo/duathlon-de-duplas-no-parque-das-nacoes-indigenas-em-maio>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MARQUES, H. R., BORGES, P. P., CONSTANTINO, M. **Termos e Ideias Correlatas ao Desenvolvimento Local** / Heitor Romero Marques, Pedro Pereira Borges e Michel Constantino (Orgs.) – Campo Grande, MS: Campo Grande, MS: Life Editora, 2024.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 4 ed. rev. e atual - Campo Grande: UCDB, 2014.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2015. ISBN: 978-85-06-04024-9.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Qual é a origem da erva-mate segundo a história**. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/12/qual-e-a-origem-da-erva-mate-segundo-a-historia>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Representations, n. 26, 1984.

NUNES, V. M. M., LIMA, L. E. P. **História e Patrimônio Cultural**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe - CESAD, 2007. Disponível em: <https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10250211102012Historia_e_Patrimonio_Cultural_Aula_1.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, 2001.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

PIERSON, D. **Teoria e pesquisa em sociologia**. S/trad. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

PLANTAR IDEIAS. **O primeiro parque urbano do mundo.** Disponível em: <<https://plantarideias.com.br/saiba-a-definicao-de-parque-urbano-e-seus-beneficios>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PNI. **História do Parque das Nações Indígenas.** Disponível em: <<https://www.parquedasnacoesindigenas.ms.gov.br/historio/>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PNI. **Ideia e Concretização do Parque das Nações Indígenas.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/a-ideia-e-a-concretizacao-do-parque-das-nacoes-indigenas?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RAMOS, João. **A cidade onde as pessoas brigam por lixeira, mas param o trânsito para capivara atravessar.** MidiaMax. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2023/a-cidade-onde-as-pessoas-brigam-por-lixeira-mas-param-o-transito-para-capivara-atravesar/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

SANTOS, Luiz Gustavo Rodrigues Oliveira. **Em 6 grupos, capivaras reinam no Parque das Nações Indígenas sem risco de superpopulação.** Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/em-6-grupos-capivaras-reinam-no-parque-das-nacoes-sem-risco-de-superpopulacao>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHLEE, Mônica Bahia. **O Passeio Público do Rio de Janeiro.** 2006. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.052/3141>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA NETO, Manoel Lemos. **Meio ambiente, espaço e sociedade: o trabalho do arquiteto e urbanista nas condições históricas atuais.** Revista Arquitectos, ano 14, abr., 2014. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/14.167/5186>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, Anna Lúcia. **Florada do Ipê:** Entenda como funciona o ciclo da árvore que no inverno transforma a paisagem do Centro-Oeste de MG. G1 Centro-Oeste de Minas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2021/08/15/florada-do-ipe-entenda-como-funciona-o-ciclo-da-arvore-que-no-inverno-transforma-a-paisagem-do-centro-oeste-de-mg.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SOUZA, Paulo Nonato de. **Veja mais em Parque das Nações Indígenas, destino turístico multicultural.** Campo Grande News. Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/turismo/parque-das-nacoes-indigenas-destino-turistico-multicultural>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÖNNIES, F. **Comunidade e sociedade como entidades típicoideais**. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. **Culture: Urban Future**. *Global Report on Culture for Sustainable Urban Development*. Paris: UNESCO, 2016.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/node/108110>>. Acesso em 22 de jan. de 2025.

URQUIZA, L. K. A. S. CASTILHO, Maria Augusta de. **Patrimônio Arquitetônico da Zona de Especial Interesse Cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS**— Campo Grande,MS: Life editora, 2019.

VIVA DECORA. **Parque Urbano**: Tudo Sobre o Assunto +7 Áreas Verdes Para Visitar. Arquitetura Viva Decora, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://arquitetura.vivadecora.com.br/parque-urbano/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. Plêiade, 2009.